

## DISTRIBUIÇÃO DE R\$ 118,7 MILHÕES DE DIVIDENDOS NO TRIMESTRE

Comentários do Sr. Francisco Morandi

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Barueri, 04 de agosto de 2016 - A AES Tietê Energia S.A. (BM&FBovespa: TIET3, TIET4 e TIET11) anunciou hoje os resultados referente ao 2T16. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados, de acordo com a legislação societária.

Os resultados do segundo trimestre de 2016 foram influenciados de maneira positiva pela redução do mecanismo de redução de alocação de garantia física no MRE, efeito conhecido como GSF na comparação trimestral (10,1% no 2T16 vs. 18,9% no 2T15). Tal elemento resultou em um menor volume de compra de energia que, junto ao menor preço spot médio verificado no submercado Sudeste (R\$ 62,37/MWh no 2T16 vs. R\$ 382,87/MWh no 2T15), foram os responsáveis pela queda dos custos com energia no mercado de curto prazo em R\$ 214,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

A recuperação parcial dos níveis dos reservatórios no submercado SE/CO (56,1% no 2T16 vs. 36,1% no 2T15), apesar da redução da energia natural afluente nesse mesmo submercado em relação ao mesmo período do ano passado (89,9% do MLT no 2T16 vs. 92,7% do MLT no 2T15), foi um fator preponderante para a recuperação do volume de energia gerada no 2T16, que aumentou 130,1% entre estes períodos.

Na esfera operacional, visando à manutenção da elevada disponibilidade operacional e eficiência de nossas usinas, o programa de manutenções e modernização recebeu investimentos de R\$ 26,5 milhões no 2T16. Esses investimentos foram principalmente destinados a usina hidrelétrica de Água Vermelha. Para o ciclo 2016-2020, planejamos investir R\$ 402,5 milhões para a contínua melhoria de nossas condições operacionais.

Quanto ao desempenho financeiro, nossos resultados refletem o término do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e a venda de energia nos Mercados Livre e Regulado. O preço médio de venda da nossa energia comercializada passou de R\$ 194,12/MWh no 2T15 para R\$ 143,83/MWh no 2T16.

Assim, pelos fatores acima expostos, a Companhia apurou um EBITDA positivo de R\$ 241,1 milhões no trimestre (com margem de 58,5%) ante um EBITDA positivo de R\$ 267,9 milhões (com margem 40,2%) registrado no 2T15. O lucro líquido do período alcançou R\$ 103,1 milhões, uma queda de R\$ 17 milhões em relação a 2015. Com base neste lucro auferido, foi proposta a distribuição de R\$ 118,7 milhões de dividendos intermediários, correspondentes a 115% do lucro líquido do trimestre e 117% do lucro líquido auferido no 1S16.

Destaco também a assinatura de novos contratos de energia para o período de 2018 a 2020. Com isso, os níveis de contratação para os anos de 2017, 2018 e 2019 totalizaram 88%, 70% e 38%, respectivamente.

Por fim, conforme anunciamos, em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizará uma Assembleia Geral Extraordinária com o propósito de apreciar uma proposta de aumento de capital decorrente da capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio equivalente a R\$ 154,6 milhões. Após a aprovação desta capitalização, o capital social da Companhia passará de R\$ 262,0 milhões para R\$ 416,6 milhões.

## RESULTADOS 2T16

### Teleconferência de resultados

05.08.2016  
11h00 (BRT) e 10h00 (EDT)  
Código: AES Tietê  
Conexão:  
- Brasil: +55 11 3193 1001  
+55 11 2820 4001  
- EUA: +1 888 700 0802

Slides da apresentação e áudio estarão disponíveis em:  
[ri.aestiete.com.br](http://ri.aestiete.com.br)

### Índice

DESTAQUES 2T16	2
CONTEXTO SETORIAL	3
PERFIL	6
DESEMPENHO DO SETOR	7
DESEMPENHO OPERACIONAL	10
DESEMPENHO COMERCIAL	11
DESEMPENHO FINANCEIRO	14
PROVENTOS	22
DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	29
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	30
GOVERNANÇA CORPORATIVA	33
ANEXOS / GLOSSÁRIO	36

AES Tietê Energia S.A. (R\$ milhões)	2T15 <sup>1</sup>	2T16	Var (%)
Receita Bruta	707,6	465,5	-34,2%
Receita Líquida	667,0	412,1	-38,2%
Custos e Despesas Operacionais <sup>2</sup>	399,1	171,0	-57,2%
EBITDA	267,9	241,1	-10,0%
Margem EBITDA - %	40,2%	58,5%	18,3 p.p.
Lucro Líquido	120,1	103,1	-14,1%
Margem Líquida - %	18,0%	25,0%	7,0 p.p.
Patrimônio Líquido	1.568,5	1.678,4	7,0%
Dívida Líquida**	1.121,9	1.059,7	-5,5%
Geração de caixa operacional	340,1	254,7	-25,1%

<sup>1</sup> valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

<sup>2</sup> não inclui depreciação

Índices	2T15 <sup>1</sup>	2T16	Var (%)
Lucro Líq <sup>3</sup> / PL (vezes)	0,3x	1,5x	449,2%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,7x	0,6x	-11,7%
Dívida Líquida/ EBITDA ajustado <sup>4</sup> (vezes)	2,0x	0,9x	-55,0%
EBITDA ajustado/ Desp.Financ. (vezes)	4,2x	4,7x	11,9%

<sup>3</sup> últimos 12 meses

<sup>4</sup> relacionada ao serviço da dívida

Dados Operacionais	2T15 <sup>1</sup>	2T16	Var (%)
Energia Gerada - GWh	1.312,3	3.019,9	130,1%
Preço Médio Contratação <sup>5</sup> (R\$/MWh)	194,1	143,80	-25,9%
Investimentos - R\$ milhões	35,8	26,5	-26,1%
Colaboradores próprios	349	353	1,1%

<sup>5</sup> Contrato com AES Eletropaulo em 2015 e Contratos do Mercado Regulado e Livre em 2016

TIET11: R\$ 17,81 (04/08/2016)

VALOR DE MERCADO: R\$ 6.790 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 2.115 milhões

## DESTAQUES 2T16

### Hidrologia

- ↓ Afluência na região SE/CO no 2T16 de 89,9% da MLT<sup>1</sup> (vs. 92,7% no 2T15);
- ↑ Nível de reservatórios do SIN encerrou o 2T16 em 53,3% (vs. 38,3% no 2T15);
- ↑ Rebaixamento médio do MRE de 10,1% no 2T16 vs. 18,9% no 2T15.

### Operacional

- ↑ Volume de energia gerado pelas usinas da AES Tietê Energia de 3.019,9 GWh, 130,1% superior ao mesmo período de 2015;
- ↑ Nível dos reservatórios da Companhia encerrou o 2T16 em 91,6%, superior em 11,1 p.p. ao 2T15 (80,5%).

### Comercial

- ↑ O portfólio de energia contratada totalizou 88%, 70% e 38% da energia disponível da Companhia para 2017, 2018 e 2019 respectivamente.

### Financeiro<sup>2</sup>

- ↓ Receita líquida de R\$ 412,1 milhões no 2T16; 38% inferior ao 2T15 (R\$ 667,0 milhões);
- ↑ Custos e despesas operacionais, excluindo depreciação, totalizaram R\$ 171,0 milhões no trimestre, 57% inferiores aos R\$ 399,1 milhões registrados no 2T15;
- ↓ PMSO reportado totalizou R\$ 49,3 milhões no 2T16, um aumento de 12% vs. 2T15 (R\$ 44,1 milhões);
- ↓ EBITDA de R\$ 241,1 milhões no 2T16 vs. um EBITDA de R\$ 267,9 milhões no 2T15;
- ↓ Lucro líquido de R\$ 103,1 milhões no 2T16 vs. R\$ 120,1 milhões no 2T15.

### Dividendos

- ↑ Distribuição de R\$ 118,7 milhões de dividendos no 2T16 a ser pago no dia 27 de setembro de 2016;
- ↑ Dividend yield de 2,1% e payout de 115,1% no 2T16.

### Reconhecimentos e Socioambiental

- ↑ Não houve registro de acidentes com a população no 2T16, mantendo o resultado de zero acidentes nos reservatórios das usinas desde 2009;
- ↑ Ganhadora do Troféu Transparência 2016 pela ANEFAC pela 2ª vez, que reconhece as demonstrações financeiras mais transparentes do Brasil.

<sup>1</sup> Média de Longo Termo

<sup>2</sup> Valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

## CONTEXTO SETORIAL

### GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. De acordo com o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 1,7% da capacidade de produção de energia elétrica do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na Região Amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação são executadas pelo ONS, que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende da hidrologia para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia gerada pelas usinas hidrelétricas participantes desse mecanismo é alocado para cada usina, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física<sup>3</sup> (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, denominado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do Generation Scaling Factor (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas duas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e onde a energia é alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configuram.

Além disso, as usinas despachadas pelo ONS estão sujeitas à aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (MRA). O MRA verifica se as usinas participantes do MRE cumpriram ou não os requisitos de disponibilidade estabelecidos. Estes cálculos são feitos considerando os parâmetros de interrupções programadas e forçadas, verificados em relação aos parâmetros de referência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, caso sejam descumpridos os requisitos de disponibilidade pelas usinas, a garantia física será ajustada podendo gerar exposições ao mercado de energia de curto prazo.

Os efeitos do MRA, de alocações do MRE, redução do GSF ou energia secundária são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

### COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A comercialização de energia, de acordo com as regras vigentes, é realizada em dois ambientes: Ambiente de Contratação Livre (ACL) e Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No Ambiente de Contratação Livre (ACL), os contratos de compra e venda de energia elétrica são negociados entre

<sup>3</sup> A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela ANEEL para cada usina hidrelétrica, é a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

geradores, comercializadores e consumidores livres e especiais. Estes contratos podem ser de curto, médio ou longo prazos e o preço e o volume são negociados livremente entre as partes envolvidas.

Consumidores livres convencionais são aqueles consumidores que possuem demanda mínima contratada igual ou superior a 3MW e podem escolher o seu fornecedor da energia elétrica (gerador e/ou comercializador) mediante livre negociação adquirindo energia com qualquer fonte, incentivada e/ou convencional. A fonte incentivada advém de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Usinas Térmicas de Biomassa, Eólicas e Solar até 50 MW e a fonte convencional inclui grandes usinas hidrelétricas ou termelétricas acima de 50MW.

Consumidores especiais, são aqueles consumidores com demanda entre 500 kW e 3MW e são obrigados a adquirir energia de fontes incentivadas especiais (eólica, biomassa, PCH ou solar).

Considerando o vencimento em dezembro de 2015 do contrato de energia com a AES Eletropaulo, a AES Tietê Energia iniciou em 2012 sua estratégia de comercialização de energia para negociar a maior parcela de sua energia disponível no ACL. O acompanhamento dessa estratégia está detalhado na seção “Estratégia de Comercialização de Energia e Outros Contratos Bilaterais” deste release.

No Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a venda da energia ocorre somente por meio de leilões de compra e venda de energia promovidos pela CCEE, sob a delegação da ANEEL. Os contratos negociados nesse ambiente são denominados de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e as condições contratuais são reguladas pela ANEEL. O preço desses contratos é estabelecido a cada leilão de energia.

Os contratos celebrados nestes ambientes são liquidados e contabilizados pela CCEE. Além disso, a CCEE contabiliza a energia produzida pelas usinas participantes do MRE e a garantia física disponibilizada à contratação e a eventual diferença é liquidada no mercado spot (ou mercado de curto prazo). O objetivo inicial dessa liquidação é atender ao MRE e as geradoras que não conseguiram produzir energia suficiente para suprir os seus contratos de energia. Em um segundo momento, caso haja excedente de geração, a energia gerada (energia secundária) pode ser liquidada no mercado spot ao valor do PLD.

## REGULAÇÃO

### Revisão da Garantia Física dos Empreendimentos Hidrelétricos

A determinação da garantia física é de fundamental importância aos agentes do setor elétrico.

De acordo com o Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, no seu artigo 2º, § 2º a garantia física de energia de um empreendimento de geração, definida pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e constante do contrato de concessão ou ato de autorização, corresponderá às quantidades máximas de energia associadas ao empreendimento, que poderão ser utilizadas para comercialização.

Por sua vez, o artigo 4º, § 1º do mesmo Decreto determina que o MME, mediante critérios de garantia de suprimento propostos pelo Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), disciplinará a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração, a ser efetuado pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), mediante critérios gerais de garantia de suprimento.

À luz dos referidos dispositivos, a Portaria MME nº 303, de 18 de novembro de 2004, definiu a metodologia de cálculo das garantias físicas dos empreendimentos de geração de energia elétrica e estabeleceu no § 2º do seu artigo 1º que os montantes das garantias físicas dos empreendimentos de geração hidrelétrica, exceto Itaipu Binacional, corresponderiam aos vigentes na data de sua publicação, e seriam assim mantidos até 31 de dezembro de 2014.

No entanto, em 30 de dezembro de 2014 foi publicada a Portaria MME nº 681 na qual o MME determinou que as garantias físicas de usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, inclusive Itaipu, permaneceriam válidas até 31 de dezembro de 2015. Essa portaria também estabeleceu a criação de grupos de trabalho formados por representantes do MME, agências reguladoras do Poder Executivo e de instituições representativas do Setor Elétrico, com o objetivo de discutir a metodologia e os modelos necessários à revisão ordinária das garantias físicas dessas usinas.

Em 17 de novembro de 2015, foi publicada Portaria MME nº 544/2015 na qual a nova metodologia de cálculo de Garantia Física de UHE's foi submetida à Consulta Pública com prazo para contribuição até 24 de janeiro de 2016. Esta ainda não teve seu resultado divulgado.

Os novos valores de Garantia Física passarão a serem vigentes a partir de 1 de janeiro de 2017, conforme publicado na Portaria 537, de 8 de dezembro de 2015.

#### **Limites máximo e mínimo do PLD - Resolução Homologatória nº 2002/2015**

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no Custo Variável Unitário (CVU) mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. Para o cálculo do PLD mínimo consideram-se as estimativas de custos de geração da UHE Itaipu e os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e a CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Em 22 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2002/2015, que estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD, para o ano de 2016. Para 2016, PLD mínimo foi estabelecido em R\$ 30,25/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas, adicionado à CFURH.

O PLD máximo para 2016, foi estabelecido em R\$ 422,56/MWh com base no CVU da usina termelétrica Mário Lago, determinada como térmica de referência.

#### **Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE - GSF**

Conforme anteriormente referenciado, o despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo de despacho tem como objetivo principal o atendimento da carga e minimização do custo total de operação do sistema.

Os geradores hidroelétricos devem manter suas usinas disponíveis para despacho pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Desta forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação de usinas termelétricas, geração de reserva (eólicas, biomassa e solar), ou então fatores fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco hidrológico muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor do que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em uma variável das regras de comercialização do GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo. O impacto econômico do GSF no ano de 2015 para todo o setor foi de R\$ 22 bilhões, desconsiderando o efeito de liminares.

As recentes liminares obtidas por agentes do setor elétrico limitaram ou neutralizaram o impacto do deslocamento hidrelétrico para algumas usinas pertencentes ao MRE. A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1º de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras hidrelétricas abarcadas pela associação, entre elas a AES Tietê Energia, que impede que tal deslocamento hidrelétrico seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações. Ressalta-se que os resultados registrados pela Companhia em 2015 possuem um impacto negativo do GSF, que totalizou 15,9% no ano.

#### **Repactuação do GSF**

O regulador apresentou duas propostas para repactuação do risco hidrológico: uma para o ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e outra distinta para o ACL (Ambiente de Contratação Livre). A Companhia se enquadrava na proposta no ACL, contudo decidiu por não aderir à mesma uma vez que não fez sentido econômico. É importante destacar que nenhum outro gerador membro da APINE aderiu a proposta para o ACL.

Foi questionada à ANEEL a possibilidade da Companhia aderir à proposta no ACR, considerando a sua participação no Leilão A-1 em dezembro de 2015, com suprimento de energia a partir de janeiro de 2016. Entretanto, a ANEEL considerou que a Companhia não seria elegível pois o contrato vendido no referido leilão iniciou em 2016, o que não assegurava o ressarcimento dos impactos do risco hidrológico referentes ao ano de 2015.

### Mudanças no cálculo do PLD

Com o objetivo de reduzir distorções no sinal de preço de curto prazo, representado pelo PLD, decorrente do despacho térmico fora da ordem de mérito definido na operação real do sistema, foram iniciadas discussões no setor elétrico ao longo do ano de 2016 sobre a necessidade de ajuste nos parâmetros de aversão ao risco adotados nos modelos de formação do preço, NEWAVE e DECOMP. A depender da hidrologia, da revisão dos parâmetros nos modelos, e da evolução e projeção da carga do SIN, o valor do PLD poderá ser afetado, especialmente no curto e no médio prazo.

A mudança do cálculo, deverá ainda ser apresentada aos agentes por meio de Consulta Pública e aplicada a partir do ano de 2017.

Na visão da Companhia, tal adequação é importante para que o PLD reflita, com maior precisão, a realidade das condições operativas do Sistema Interligado Nacional.

## PERFIL

### PARQUE GERADOR

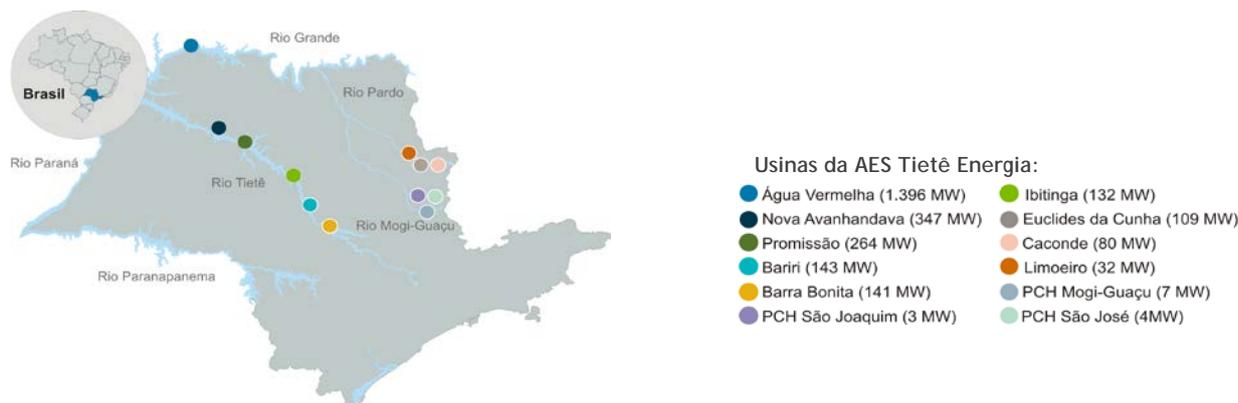
Até 31 de dezembro de 2015, a Cia Brasileira era uma sociedade por ações de capital aberto e tinha por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas eram: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguaiana"), AES Tietê e AES Serviços TC Ltda. ("AES Ergos"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

A AES Tietê Energia, após a Reestruturação Societária, mencionada na seção "Mercado de Capitais", assumiu as atividades da AES Tietê e passou a ser uma das geradoras do grupo AES Brasil. A AES Tietê Energia é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

Com um parque gerador formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a AES Tietê Energia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica. A Companhia tem capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física bruta de 1.278 MW.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

As usinas da AES Tietê Energia estão localizadas nos Rios Tietê, Pardo, Grande e Mogi-Guaçu, conforme demonstrado no mapa a seguir:



As 12 usinas da AES Tietê Energia possuem licenças ambientais de operação obtidas e válidas. Duas delas - Água Vermelha e Caconde - são licenciadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e as demais, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("Cetesb").

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

A estratégia da AES Brasil segue orientada pelo seu Planejamento Estratégico Sustentável ("PES"), que define como direcionadores estratégicos da Companhia a Satisfação do cliente, Desenvolvimento de negócios, Eficiência no uso de recursos e disciplina na execução e Engajamento de públicos de relacionamento.

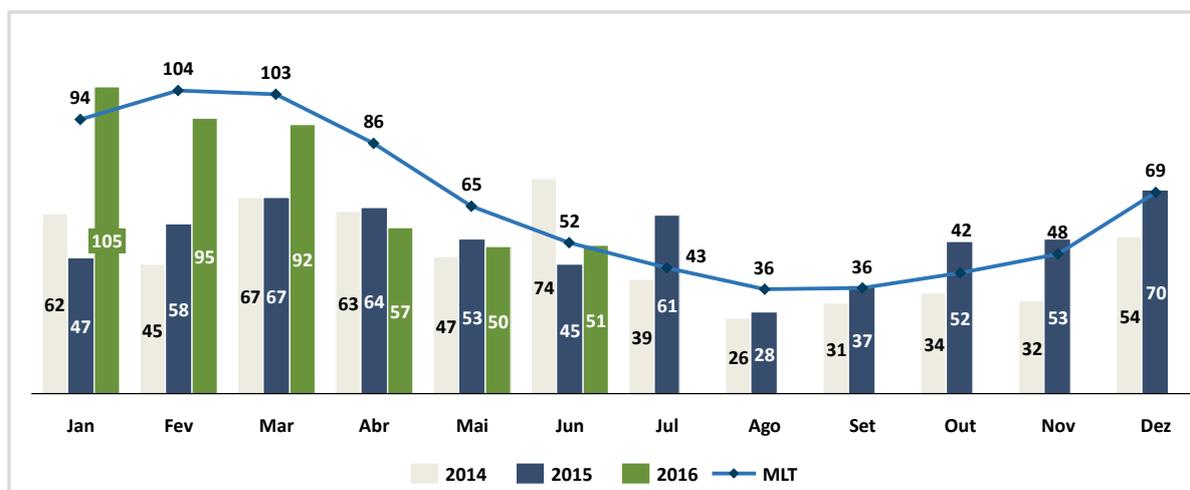
## DESEMPENHO DO SETOR

### RESERVATÓRIOS, DESPACHO TÉRMICO, AFLUÊNCIA E CARGA

O período de chuvas no Brasil, em particular nos submercados Sudeste/Centro-oeste ("SE/CO"), Norte e Nordeste, ocorre entre o final do mês de novembro até abril. No ano de 2016, a afluência registrada (também conhecida como Energia Natural Afluenta - ENA) no SE/CO, tem estado em linha com a afluência do SIN.

A afluência registrada no SIN no 1S16 foi superior à verificada no mesmo período dos anos de 2015 e 2014, porém se mantém abaixo da Média de Longo Termo, conforme demonstrado gráfico a seguir:

Energia Natural Afluenta<sup>4</sup> no SIN (GWm)  
2014 x 2015 x 2016 x MLT<sup>5</sup>



### Comparativo 2T15 x 2T16 e 1S15 x 1S16

No 2T16, a afluência registrada no SE/CO, que representa aproximadamente 70% do sistema em capacidade de armazenamento, apresentou uma redução de 2,8 p.p., quando comparada com a afluência do 2T15 (89,9% da MLT no 2T16 vs. 92,7% da MLT no 2T15).

A afluência registrada no SIN ao longo do 2T16 foi de 78,5% da MLT, inferior da afluência média do 2T15, que totalizou 90,5% da MLT.

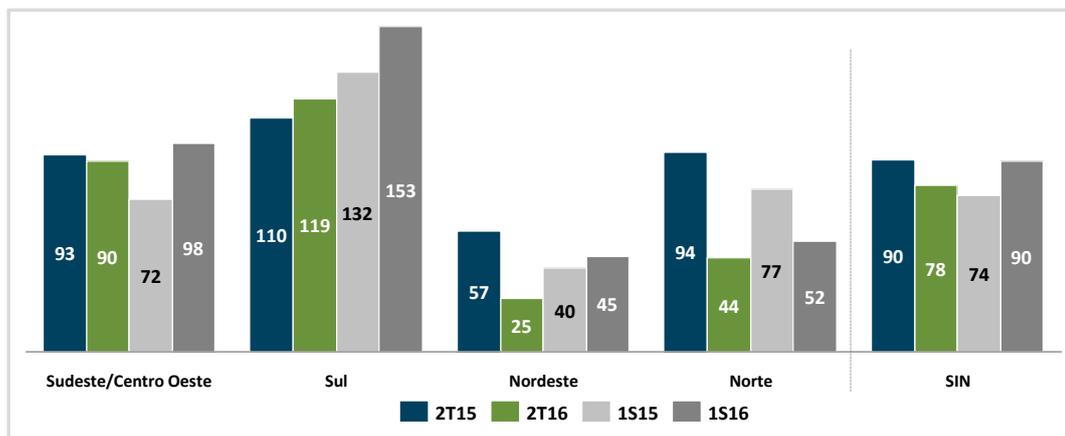
No acumulado do ano de 2016, a afluência no SE/CO ficou em 98,0% da MLT, um aumento de 26,4 p.p., em relação à média de longo termo do período, quando comparado ao mesmo período de 2015. Essa mesma tendência de alta nas afluências do primeiro semestre de 2016 vs. 2015 verificou-se para o SIN.

<sup>4</sup> A Energia Natural Afluenta, também conhecida como ENA, é um parâmetro utilizado para representar as afluências em um aproveitamento hidrelétrico.

<sup>5</sup> Atualmente o setor utiliza os valores da MLT's divulgados em junho de 2016 e é passível de alterações (Fonte: ONS).

O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da ENA em cada um dos submercados e para o SIN, no segundo trimestre e acumulado de 2016 e 2015, em relação à média de longo prazo (“MLT”) desde 1931.

Energia Natural Afluente nos submercados (% MLT)

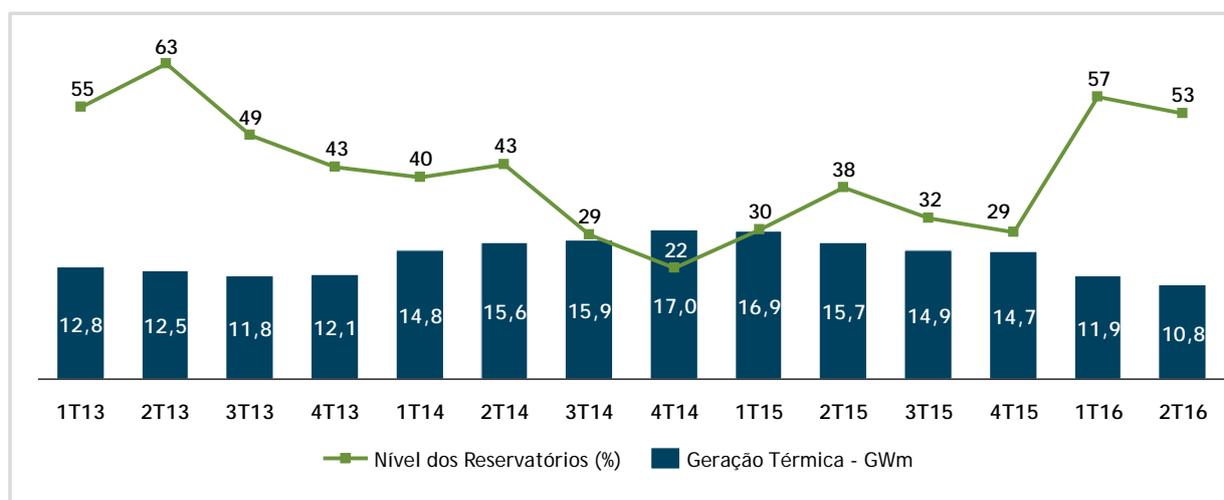


### Geração Térmica

Desde o final do ano de 2012, o ONS vinha optando por manter uma política de maior despacho térmico para preservar os reservatórios, em vista da baixa afluência verificada, reduzindo a geração hidrelétrica. No entanto, em função da retração do consumo nos anos de 2015 e 2016 e melhora da hidrologia no último período chuvoso de 2015/2016, o ONS tem reduzido a geração térmica no SIN, que chegou ao patamar médio de 10,8 GWm no 2T16 ante 11,9 GWm no 1T16 e 15,7 GWm no 2T15.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da geração térmica do SIN desde 2013 até o segundo trimestre de 2016. É possível observar que apesar da elevação do nível de geração térmica no SIN ao longo de 2014, o nível dos reservatórios, sofreu uma redução expressiva, a partir do segundo trimestre de 2014 em função da hidrologia crítica do período, o que resultou em um nível de geração térmica máximo de 17,0 MWm no 4T14. Com a melhora da hidrologia e consequente recuperação dos reservatórios a partir do quarto trimestre de 2014, a geração térmica foi sendo reduzida trimestre a trimestre, alcançando 10,8 MWm no 2T16.

Geração Térmica do SIN (MWm)<sup>6</sup>  
Nível dos Reservatórios (%)

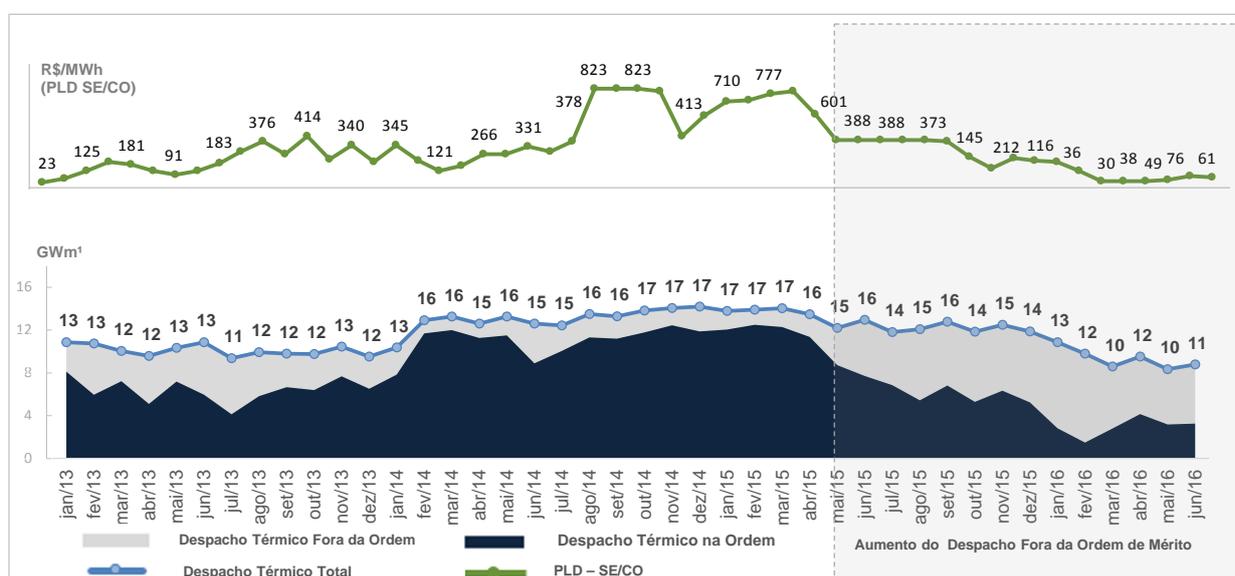


<sup>6</sup> Dados do ONS.

O gráfico a seguir, demonstra um comparativo entre o despacho térmico dentro e fora da ordem de mérito registrado para o SIN desde janeiro de 2013. Como é possível observar, verifica-se um aumento relevante do despacho fora da ordem de mérito, o que interfere na correta formação de preços e conduz a valores mais baixos de PLD no período, em particular no submercado SE/CO. O motivo do elevado despacho térmico fora da ordem de mérito neste período estava associado a uma política de despacho mais conservadora objetivando assegurar a recuperação dos níveis dos reservatórios para o período seco que iniciou-se no mês de abril de 2016.

Desde então, tem-se observado redução do despacho térmico total, no comparativo com o ano de 2015, no entanto, o patamar de despacho térmico fora de mérito ainda permanece proporcionalmente superior ao despacho térmico na ordem de mérito, apesar do mesmo estar mais relacionado às restrições elétricas e não à segurança energética.

Despacho térmico em relação à ordem de mérito (GWm) vs. PLD no submercado SE/CO (R\$/ MWh)<sup>7</sup>



Destaca-se que o recente posicionamento adotado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) de reduzir a geração térmica fora da ordem de mérito por razões de segurança energética, tende a aproximar a formação de preços de energia e a operação do sistema, o que é desejável e saudável para a correta sinalização ao mercado das condições do sistema. O custo adicional do despacho fora da ordem de mérito é arcado principalmente pelos consumidores através do Encargo Serviço do Sistema (“ESS”), mas tem impacto direto na redução da alocação de garantia física no MRE pelo fator GSF.

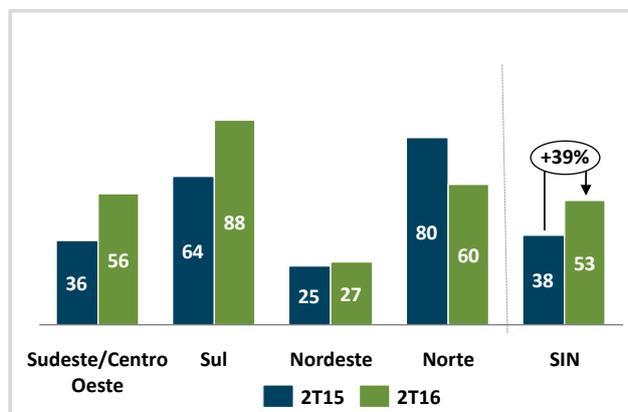
### Carga do SIN

No gráfico a seguir, é possível observar que carga do SIN sofreu um aumento de 2,8% no período de 2T16 vs. 2T15. Apesar do aumento da carga, o menor nível de afluência no SIN e o elevado despacho térmico, resultaram em uma melhora no nível dos reservatórios de 39% no 2T16, quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

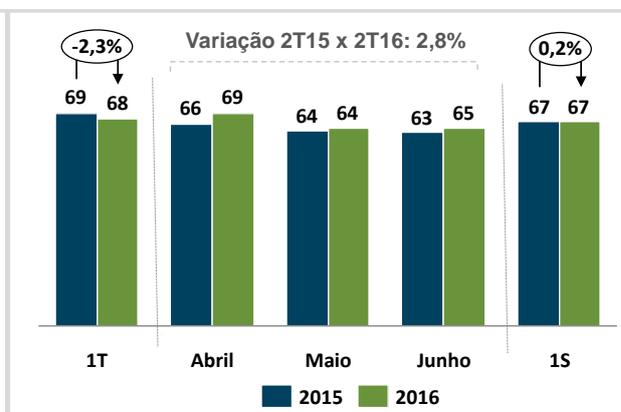
É importante destacar que o aumento da carga verificado também está associado a uma revisão de carga realizada pelo ONS para o ano de 2015.

<sup>7</sup> Fonte: ONS

Nível dos Reservatórios no SIN (%)



Carga no SIN (GWm)<sup>8</sup>



### Nível dos reservatórios das usinas AES Tietê Energia

O nível de armazenamento de energia equivalente nos reservatórios das usinas da AES Tietê Energia encerrou o segundo trimestre de 2016 em 91,6%, nível superior em 11,1 p.p. ao segundo trimestre de 2015 (80,5%). Tal desempenho foi superior ao do submercado em que as usinas da Companhia estão localizadas (SE/CO), que encerraram o mês de junho em 56,1% e superior ao desempenho do Sistema Interligado Nacional (SIN) que encerrou o 2T16 em 53,3% de sua plena capacidade.

## EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS E DISCIPLINA NA EXECUÇÃO

Maximizar valor antecipando e reduzindo riscos e impactos econômicos, sociais e ambientais também é um dos compromissos das empresas do Grupo AES Brasil.

Para fins de comparabilidade, a administração da Companhia apresenta nas próximas seções os resultados comerciais, operacionais, financeiros e socioambientais pró-forma para a AES Tietê Energia.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

### ENERGIA GERADA

No Brasil, devido à predominância da fonte hidráulica na matriz energética (~61,04%), adota-se o modelo de despacho centralizado, no qual o ONS determina o montante de energia a ser despachada para cada uma das usinas participantes do SIN, com base em modelos de otimização do uso da água estocada nos reservatórios e considerando-se algumas restrições operativas, para assim atender de forma confiável e econômica a demanda do mercado.

As usinas da AES Tietê Energia seguem os critérios acima, de tal forma que a variação na geração de seu parque gerador está diretamente associada aos despachos definidos pelo ONS para garantir a estabilidade do sistema e não necessariamente ao seu desempenho operacional.

No 2T16, o volume total de energia gerada pelas usinas da AES Tietê Energia atingiu 3.019,9 GWh, 130,1% superior ao mesmo período de 2015. A variação é consequência do maior despacho de nossas usinas hidrelétricas.

<sup>8</sup> Valores obtidos a partir da geração de energia de todas as usinas programadas e despachadas centralizadamente pelo ONS, somada à de usinas não monitoradas pelo ONS. Valores de 2015 atualizados, conforme publicação do ONS. Fonte: ONS.

<sup>9</sup> Conforme Banco de Informações Gerenciais da ANEEL (25/07/16) não inclui PCH

Geração (Usinas) - GWh	2T15	2T16	Var (%)	1S15	1S16	Var (%)
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>1.312,3</b>	<b>3.019,9</b>	<b>130,1%</b>	<b>3.352,8</b>	<b>6.680,7</b>	<b>99,3%</b>
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	548,1	1.551,0	183,0%	1.508,2	3.269,6	116,8%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	84,7	174,3	105,8%	243,9	423,8	73,8%
Barra Bonita	72,6	144,3	98,7%	198,0	342,1	72,8%
Caconde	60,8	84,3	38,7%	84,8	188,5	122,4%
Euclides da Cunha	71,4	106,5	49,1%	122,8	141,4	15,2%
Ibitinga	99,6	190,2	90,9%	292,9	417,5	42,5%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	20,2	33,6	66,5%	32,2	87,7	172,4%
Nova Avanhandava	204,2	399,4	95,6%	507,8	978,3	92,7%
Promissão (Mário Lopes Leão)	146,6	324,7	121,4%	352,4	811,9	130,4%
Mogi / S. Joaquim / S. José	4,1	11,6	184,8%	10,0	19,9	99,3%

## SATISFAÇÃO DO CLIENTE

No Planejamento Estratégico Sustentável da AES Brasil, um dos compromissos é garantir excelência dos serviços prestados com ética e respeito ao cliente. A meta da AES Tietê Energia, nesta esfera, é atingir um índice de satisfação do cliente de 90% até 2019.

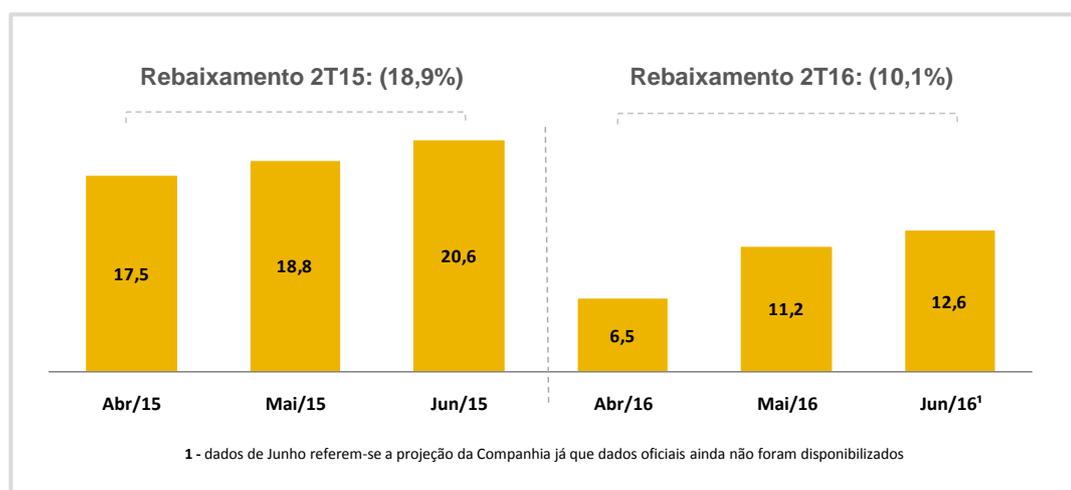
Pesquisas periódicas são realizadas com os clientes de comercialização para avaliar a satisfação deles com os serviços da empresa. No primeiro semestre de 2015, a pesquisa foi realizada pela primeira vez por um instituto independente. O resultado geral foi de 85,7% de satisfação, a partir do desempenho nas dimensões Relacionamento, Imagem, Atendimento e Compra e Gestão.

## DESEMPENHO COMERCIAL

### GARANTIA FÍSICA E SAZONALIZAÇÃO

O rebaixamento no MRE 10,1% verificado no 2T16 foi inferior ao registrado no mesmo período de 2015, que totalizou 18,9%. A variação é consequência da melhora dos níveis dos reservatórios do SIN no 2T16 em comparação com o 2T15 (53,3% vs. 38,3%), da redução do despacho térmico no período (10,8 GWm no 2T16 vs. 15,7 GWm no 2T15) e do aumento da carga em 2,8% no comparativo entre os trimestres. O gráfico abaixo apresenta os rebaixamentos contabilizados pela CCEE e no MRE nas liquidações financeiras por ela efetuadas no segundo trimestre de 2015 e 2016<sup>10</sup>.

Rebaixamento no MRE (%)



<sup>10</sup> Refere-se aos valores contabilizados na liquidação da CCEE. Valores contabilizados na Companhia sofrem influência do provisionamento, considerando que a liquidação da CCEE de um determinado mês é disponibilizada, em média, em até 60 dias após o fechamento de determinado mês.

### Sazonalização de Garantia Física para fins de Lastro e MRE

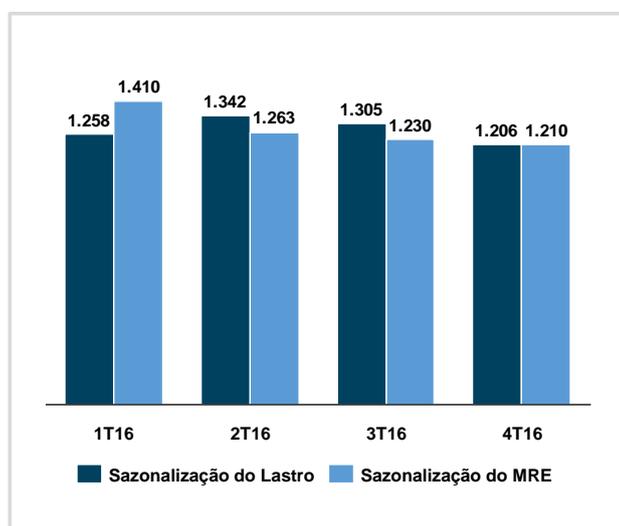
Com o advento da Resolução ANEEL n°. 584/2013, que prevê a declaração da sazonalização da garantia física para fins de lastro (contratos) e para fins de alocação de energia no MRE, a Companhia adotou uma estratégia de sazonalização que visava minimizar sua exposição ao risco hidrológico.

Em dezembro de 2015, a Companhia adotou a estratégia de declarar a sazonalização de sua Garantia Física seguindo o perfil do conjunto dos geradores do MRE, o que resultou na maior alocação de sua energia no primeiro semestre de 2016, concentrada no 1T16. Em relação ao lastro, adotou-se o perfil de acordo com a sazonalização dos contratos de venda.

O efeito da sazonalidade da garantia física combinado à performance do MRE (GSF ou energia secundária) é refletido na liquidação de energia no mercado de curto prazo

Para 2016, a Companhia manteve a estratégia de seguir a sazonalização do MRE e o perfil do lastro seguindo a sazonalização dos contratos de venda de energia conforme gráfico a seguir:

**Sazonalização de Garantia física Bruta para MRE e Lastro (MW médios)<sup>11</sup>**



### DIFERENÇA DE PREÇO ENTRE SUBMERCADOS, EXCEDENTE E EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

As diferenças de PLD entre os submercados derivam dos limites de intercâmbios energéticos entre as regiões do SIN, dadas as restrições operativas dos sistemas de transmissão dessas regiões. As diferenças de PLDs dão origem ao excedente financeiro e às exposições financeiras verificadas pela CCEE.

O primeiro semestre de 2016 foi marcado por uma exposição financeira negativa que atingiu os agentes do MRE e acarretou o aumento dos custos com compra de energia. Esse resultado no MRE não pode ser gerenciado pela Companhia, e para neutralizá-lo, a regulamentação da CCEE prevê o alívio da exposição financeira, como é detalhado a seguir.

#### Excedente financeiro, Exposição financeira e Alívio da Exposição Financeira

As transações de energia dentro do MRE estão sujeitas às diferenças de preço entre os submercados. Nas transferências entre os geradores pode haver um déficit no mecanismo, relacionado à transferência de energia de geradores em um submercado mais barato para outros geradores em submercado mais caro. Esse efeito é denominado na contabilização da CCEE de exposição financeira, que pode ser negativa ou positiva.

A eventual exposição financeira negativa residual no MRE é aliviada pelo excedente financeiro gerado no intercâmbio físico entre os submercados. Caso tal excedente financeiro não seja suficiente para cobrir a exposição financeira negativa no MRE, o saldo residual será dividido entre todos os geradores do mecanismo.

<sup>11</sup> Inclui sazonalização da energia convencional e incentivada

A diferença de PLD entre os submercados gerou até a liquidação de abril/16 um excedente financeiro de quase R\$ 1,6 bilhão, mas que não foi suficiente para cobrir os R\$ 2,1 bilhões em exposição negativas geradas dentro do MRE.

## **FONTES DE RECEITA**

### **AES Eletropaulo**

A quantidade de energia contratada até 31 de dezembro de 2015 com a AES Eletropaulo foi de 1.268 MWm. Esse era o montante total de energia que deveria ser entregue a cada ano até o término do contrato.

O contrato admitia sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo variava ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado por ela atendido e com a alocação de energia dos demais contratos por ela celebrados.

O preço praticado no contrato foi fixado em 2000, data em que ele foi homologado pela ANEEL, que estabeleceu o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então o preço do contrato foi reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Em 04 de julho de 2015, houve nova atualização do preço do contrato com a AES Eletropaulo, passando o valor para R\$ 217,85/MWh, com base no IGP-M acumulado no período de 8,1%. Esse era o preço aplicado até 31 de dezembro de 2015.

### **CCEE (MRE, Spot e Administrativas) e Outros**

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE ("TEO") é ajustada anualmente pela ANEEL, em janeiro, pela variação do IPCA e é determinada de forma a reembolsar os custos variáveis de operação e manutenção das usinas. A tarifa vigente para o ano de 2016 é de R\$ 12,32/MWh, enquanto que em 2015, 2014 e em 2013, a tarifa aplicada foi de R\$ 11,25/MWh, R\$ 10,54/MWh e R\$ 10,01/MWh, respectivamente.

O preço da energia faturada no mercado de curto prazo, denominado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), varia de acordo com as condições eletro-energéticas e de oferta e demanda de energia. A partir de setembro de 2013, o PLD passou a incorporar o mecanismo de aversão ao risco, chamado CVaR, que tende a antecipar o despacho térmico de forma a manter a operação do sistema mais conservadora. Antes da Resolução n°. 03 do Conselho Nacional de Política Energética (Resolução CNPE 03), que determinou esse novo modelo de formação do PLD, as despesas com o acionamento das usinas térmicas eram cobradas por meio do ESS (Encargo de Serviços do Sistema).

No 2T16, o PLD médio da região Sudeste/Centro-oeste totalizou R\$ 62,37/MWh, valor 84% inferior ao registrado no mesmo período de 2015 (R\$ 382,87/MWh).

A melhora da hidrologia verificada no período chuvoso de novembro de 2015 a abril de 2016, a diminuição no consumo de energia e a redução do despacho térmico na ordem de mérito foram preponderantes para que o PLD médio de 2016 para o submercado SE/CO fosse reduzido.

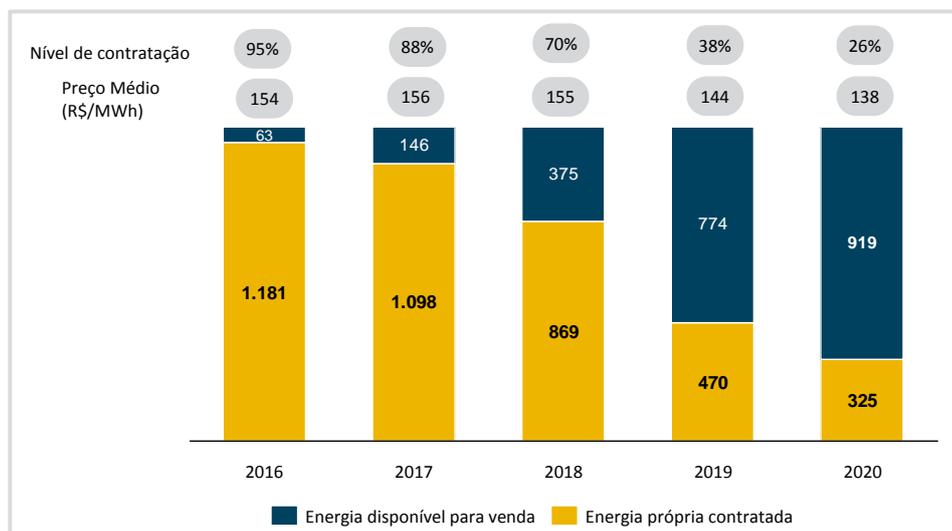
### **Estratégia de Comercialização de Energia**

A Companhia definiu como estratégia de comercialização para a sua energia disponível a partir de janeiro de 2016 a formação de uma carteira diversificada de clientes livres, de forma a substituir totalmente o contrato bilateral com a AES Eletropaulo que venceu em dezembro de 2015.

Em função do cenário atual e da perspectiva de incremento do risco hidrológico para 2015 e 2016, a Companhia optou por reservar uma parcela de sua energia própria disponível a partir de 2016, com o objetivo de reduzir possíveis riscos de exposição ao mercado de curto prazo e rebaixamento no MRE.

Assim, conforme demonstrado no gráfico a seguir, 88%, 70% e 38% da energia disponível da Companhia já está contratada para os anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

### Histórico e Evolução da carteira de clientes<sup>12</sup> (MW médios)



## ENERGIA FATURADA

A energia faturada pela AES Tietê Energia aumentou em 13,5% na comparação entre o 2T16 e o 2T15, e 12,7% na comparação entre o acumulado do ano de 2016 vs. 2015, explicado principalmente pelo aumento da venda de energia no MRE, em função do maior despacho das usinas da Companhia ao longo de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir.

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	2T15	2T16	Var (%)	1S15	1S16	Var (%)
<b>Energia Faturada</b>	<b>3.542,6</b>	<b>4.021,9</b>	<b>13,5%</b>	<b>7.175,4</b>	<b>8.084,0</b>	<b>12,7%</b>
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.769,3	0,0	-100,0%	5.509,5	0,0	-100,0%
Mercado Livre	432,9	2.937,6	578,6%	916,3	5.510,7	501,4%
Mercado Regulado	0,0	186,3	-	0,0	384,4	-
CCEE	340,4	898,0	163,8%	749,6	2.189,0	192,0%
<i>Spot</i>	<i>309,1</i>	<i>151,8</i>	<i>-50,9%</i>	<i>582,7</i>	<i>344,9</i>	<i>-40,8%</i>
<i>MRE</i>	<i>31,3</i>	<i>746,2</i>	<i>2285,5%</i>	<i>166,9</i>	<i>1.844,1</i>	<i>1004,7%</i>

Destaca-se também que a diferença de sazonalização entre os períodos e a comercialização de 95% da energia convencional no ano de 2016, quando comparada a comercialização de 100% da energia convencional bruta em 2015, justificam a redução do faturamento de energia no mercado spot e a venda de energia no mercado regulado/livre, considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

### RECEITA BRUTA

No 2T16, a receita operacional bruta da AES Tietê Energia totalizou R\$ 465,4 milhões, 34,2% inferior àquela registrada no 2T15, de R\$ 707,6 milhões. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) redução de receita proveniente de energia vendida em contratos no mercado livre e regulado no montante de R\$ 172,3 milhões, principalmente em função da redução do preço médio da energia comercializada entre os períodos (R\$ 143,83/MWh no 2T16 vs. R\$ 194,12/MWh no 2T15), considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015;

<sup>12</sup> Apenas energia convencional e exclui perdas e consumo interno; inclui contratos de energia firmados até o 30 de junho de 2016; preço médio com base em junho de 2016.

- (ii) redução de R\$ 68,5 milhões da receita proveniente de energia vendida no mercado de curto prazo no 2T16 (quando comparado com o 2T15), principalmente em função do menor PLD na comparação dos trimestres no submercado SE/CO (R\$ 62,37/MWh no 2T16 vs. R\$ 382,87/MWh no 2T15) e menor volume de energia vendida; parcialmente compensada pelo:
- (iii) aumento de receita proveniente do MRE, equivalente a R\$ 8,5 milhões, em função do maior despacho das usinas da Companhia no período.

No 1S16, a receita operacional bruta da AES Tietê Energia totalizou R\$ 898,3 milhões, uma redução de 37,7% em comparação aos R\$ 1.441,1 milhões registrados no 1S15. O resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) redução de receita proveniente de energia vendida em contratos no mercado livre e regulado no montante de R\$ 395,5 milhões, principalmente em função da redução do preço médio de energia comercializada entre os períodos (R\$ 143,65/MWh no 1S16 vs. R\$ 193,34/MWh no 1S15), considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015;
- (ii) redução de R\$ 157,4 milhões da receita proveniente de energia vendida no mercado de curto prazo, principalmente em função do menor PLD na comparação dos semestres no submercado SE/CO (R\$ 48,63/MWh no 1S16 vs. R\$ 385,66/MWh no 1S15) e menor volume de energia vendida; parcialmente compensada pelo:
- (iii) aumento de R\$ 19,0 milhões proveniente da receita de energia vendida no MRE na comparação entre os semestres.

Receita Bruta (Consolidado) - R\$ milhões	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
<b>Suprimento de Energia</b>	<b>707,6</b>	<b>465,4</b>	<b>-34,2%</b>	<b>1.441,1</b>	<b>898,3</b>	<b>-37,7%</b>
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	571,3	0,0	-100,0%	1.136,7	0,0	-100,0%
Mercado Livre	50,3	422,8	741,1%	105,7	792,3	649,7%
Mercado Regulado	0,0	26,5	-	0,0	54,6	-
CCEE	85,8	16,1	-81,2%	198,6	51,4	-74,1%
<i>Spot</i>	74,2	5,6	-92,4%	183,9	26,5	-85,6%
<i>MRE</i>	0,7	9,2	1300,6%	3,6	22,6	533,0%
<i>Outras (Administrativos)</i>	10,9	1,3	-88,4%	11,1	2,3	-79,5%
Outras receitas**	0,2	0,0	-84,7%	0,2	0,1	-75,5%

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Erqos e AES Uruaiana)

\*\* referem-se a alugueis

## DEDUÇÕES DA RECEITA

As deduções da receita da AES Tietê Energia foram de R\$ 53,4 milhões no 2T16 ante R\$ 40,6 milhões no 2T15, um aumento de 31,5% no período. No acumulado de 2016, as deduções totalizaram R\$ 103,1 milhões vs. R\$ 84,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê Energia. A alíquota aplicada aos contratos celebrados no mercado livre e regulado no ano de 2016 é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê Energia registrou R\$ 42,3 milhões em deduções de receita com PIS e COFINS no 2T16 ante R\$ 33,4 milhões no 2T15, um aumento de 26,7%. No 1S16, as deduções com PIS e COFINS alcançaram R\$ 81,8 milhões, ante R\$ 69,6 milhões no 1S15, o que representa uma redução de 17,6%. Esse desempenho é explicado pelo aumento da alíquota de PIS e COFINS, considerando o encerramento do contrato com a AES Eletropaulo (no qual a alíquota aplicada era 3,65%).

No âmbito das deduções de receita com ICMS, houve um aumento de R\$ 7,4 milhões no comparativo entre o 2T16 (R\$ 7,9 milhões) e o 2T15 (R\$ 0,5 milhão). Na comparação semestral, houve um aumento de R\$ 13,3 milhões entre os períodos (R\$ 14,3 milhões no 1S16 vs. R\$ 1,0 milhão no 1S15). O motivo por

trás deste aumento é a incidência de ICMS em parte dos contratos celebrados pela Companhia no âmbito do mercado livre, que é repassado para os clientes.

Além disso, de acordo com a Lei nº. 12.111/09, geradoras, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente ao menos 1% de sua receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento de eficiência energética ("P&D"). Em função da redução da receita entre os períodos, no 2T16, a Companhia registrou R\$ 3,1 milhões em deduções da receita relativas a P&D, uma redução de 53,0% em relação ao 2T15. Já no 1S16, foram registrados R\$ 7,0 milhões em deduções da receita relativas a P&D comparado a R\$ 13,6 milhões no 1S15 (uma redução de 48,7%).

## RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê Energia totalizou R\$ 412,1 milhões no 2T16, montante 38,2% inferior ao registrado no 2T15 (R\$ 667,0 milhões). Esse desempenho reflete principalmente a redução de volume e preço da energia vendida no mercado spot e a redução do volume e preço praticado na venda de energia por meio dos contratos no mercado livre e regulado, considerando o término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, conforme abordado anteriormente.

No 1S16, a receita operacional líquida totalizou R\$ 795,2 milhões, o que apresenta uma queda de 41,4% em relação ao 1S15 (R\$ 1.357,0 milhões), pelos mesmos fatos explicados acima.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 171,0 milhões no 2T16, o que representa uma redução de 57,2%, ou R\$ 228,1 milhões, na comparação com o 2T15. O resultado é explicado principalmente pelo menor custo com compra de energia, especificamente no mercado de curto prazo, em função do menor volume (483,9 MWh no 2T16 versus 785,0 MWh no 2T15) e preço (R\$ 62,37/MWh no 2T16 versus R\$ 382,87/MWh no 2T15) da energia comprada no período. Além disso, os custos também foram influenciados pelo menor GSF auferido no período.

As despesas com PMSO reportado apresentaram incremento de 11,6% no 2T16 em relação ao 2T15, como reflexo principalmente dos maiores custos com pessoal e materiais e serviços de terceiros e de alguns itens não recorrentes, conforme será abordado a seguir.

Na comparação semestral, os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 375,7 milhões no 1S16, uma redução de 46,3% em relação ao valor registrado no 1S15 (R\$ 699,0 milhões).

As despesas com PMSO reportado apresentaram um aumento de 16,4% no 1S16, em relação ao 1S15, como reflexo principalmente dos maiores custos com pessoal e materiais e serviços de terceiros, conforme será detalhado a seguir.

R\$ mil	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
<b>Custos e Despesas Operacionais Reportado</b>	<b>399.062</b>	<b>170.952</b>	<b>-57,2%</b>	<b>698.974</b>	<b>375.698</b>	<b>-46,3%</b>
Encargos e taxas setoriais	36.013	46.215	28,3%	77.570	101.203	30,5%
Energia comprada	318.907	75.475	-76,3%	534.682	173.514	-67,5%
<b>Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada</b>	<b>354.920</b>	<b>121.690</b>	<b>-65,7%</b>	<b>612.252</b>	<b>274.717</b>	<b>-55,1%</b>
Pessoal	20.438	23.703	16,0%	38.671	46.936	21,4%
Material e serviços de terceiros	18.336	19.909	8,6%	35.704	43.160	20,9%
Outros	5.368	5.650	5,3%	12.347	10.885	-11,8%
<b>PMSO Reportado</b>	<b>44.142</b>	<b>49.262</b>	<b>11,6%</b>	<b>86.722</b>	<b>100.981</b>	<b>16,4%</b>

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

As principais variações das contas de custos e despesas operacionais serão detalhadas a seguir:

## Custos com Energia Comprada, Taxas Setoriais e Encargos

R\$ mil	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	7.265	18.797	158,7%	18.757	41.752	122,6%
Transmissão e Conexão	26.832	25.381	-5,4%	54.977	55.295	0,6%
Taxa de Fiscalização / Demais Encargos	1.916	2.037	6,3%	3.836	4.156	8,3%
Energia Comprada / Liquidação CCEE	318.907	75.475	-76,3%	534.682	173.514	-67,5%
<b>Total - Custos operacionais e compra Energia</b>	<b>354.920</b>	<b>121.690</b>	<b>-65,7%</b>	<b>612.252</b>	<b>274.717</b>	<b>-55,1%</b>

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

## Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")

As despesas com a CFURH aumentaram 158,7% na comparação do 2T16 com o 2T15, em função do maior volume de energia gerada no período (3.019,9 GWh no 2T16 versus 1.312,3 GWh no 2T15) e reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), que foi fixada em R\$ 93,35/MWh desde janeiro de 2016.

O maior volume de energia gerada no 1S16 ante 1S15 (6.680,7 GWh vs. 3.352,8 GWh, respectivamente), foi o fator principal que resultou no aumento de 122,6% das despesas com a CFURH no período.

## Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão, líquidos de PIS/COFINS totalizaram R\$ 25,4 milhões no 2T16, uma redução de 5,4% em comparação ao 2T15 (R\$ 26,8 milhões), reflexo principalmente da apropriação de créditos de PIS/COFINS do primeiro e segundo trimestre de 2016 e do reajuste negativo da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSDg) em parte dos contratos de uso do sistema de distribuição das usinas hidrelétricas da Companhia, parcialmente compensado pelo aumento da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) na usina de Água Vermelha.

No semestre, os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 55,3 milhões, em linha com os valores do mesmo período do ano anterior.

## Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos

Os custos com Taxas de Fiscalização/ Demais Encargos, que incluem Taxa de Fiscalização da ANEEL e Demais Taxas e Encargos com a CCEE e ONS, totalizaram R\$ 2,0 milhões no 2T16 e R\$ 4,2 milhões no 1S16, superiores em 6,3% e 8,3%, respectivamente, ao valor registrado no 2T15 (R\$ 1,9 milhão) e no 1S15 (R\$ 3,8 milhões). Essa performance reflete o aumento de 11,4% na Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")<sup>13</sup> para o ano de 2016, em comparação com a TFSEE proposta pela ANEEL para o ano de 2015.

## Energia Comprada /Liquidação CCEE

O custo com energia comprada/liquidação CCEE teve uma redução de R\$ 243,4 milhões na comparação dos trimestres, passando de R\$ 318,9 milhões no 2T15 para R\$ 75,5 milhões no 2T16. Esse resultado é influenciado, principalmente por:

- (i) redução de R\$ 203,7 milhões associado ao menor o volume com compra de energia no mercado de curto prazo (483,9 MWh no 2T16 ante 785,0 MWh no 2T15) e preço (R\$ 62,37/MWh no 2T16 vs. R\$ 382,87/MWh milhões no 2T15), devido à recuperação da hidrologia, assim como o menor rebaixamento médio no MRE em 2T16 (10,1%) ante o rebaixamento verificado no 2T15 (18,9%);

<sup>13</sup> A TFSEE é cobrada por usina e equivale a 0,4% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, multiplicado pela sua potência instalada.

- (ii) redução de R\$ 26,9 milhões reflexo do menor volume com compra de energia destinada a contratos com compra de energia e back to back<sup>14</sup> (231,8 MWh no 2T16 vs. 490,3 MWh no 2T15);
- (iii) custo com exposição financeira e diferença de preços entre submercados no 2T16 no valor de R\$ 10,5 milhões; e,
- (iv) menor compra de energia no MRE no valor de R\$ 11,9 milhões, uma redução de 94,1% quando comparado ao mesmo período de 2015.

O custo com compra de energia para revenda/liquidação CCE teve uma redução de R\$ 361,2 milhões na comparação dos semestres, passando de R\$ 534,7 milhões no 1S15 para R\$ 173,5 milhões no 1S16. Esse resultado é influenciado, principalmente pela:

- (i) redução de R\$ 236,6 milhões com compra de energia no mercado spot, influenciado pelo menor volume (750,8 GWh no 1S16 vs. 1.232,0 GWh no 1S15) e preço de curto prazo no submercado SE/CO entre os períodos (R\$ 48,63 no 1S16 vs. R\$ 385,66 milhões no 1S15); e,
- (ii) compra de energia no mercado spot no valor de R\$ 34,4 milhões (associado ao volume de 164,6 MWh) referente ao impacto de liquidações no ano de 2015;
- (iii) redução de R\$ 63,7 milhões reflexo do menor volume com compra de energia destinada a contratos com compra de energia e back to back (366,2 MWh no 1S16 vs. 965,6 MWh no 1S15);
- (iv) custo com exposição financeira e diferença de preços entre submercados no 1S16 no valor de R\$ 47,4 milhões; e,
- (v) menor compra de energia no MRE no valor de R\$ 21,0 milhões, uma redução de 92,2% quando comparado ao mesmo período de 2015.

## Custos e Despesas com Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO Reportado)

### Pessoal

R\$ mil	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
Pessoal e Encargos	19.834	23.916	20,6%	37.457	46.623	24,5%
Entidade Previdência Privada	604	(213)	-135,3%	1.214	313	-74,2%
<b>TOTAL</b>	<b>20.438</b>	<b>23.703</b>	<b>16,0%</b>	<b>38.671</b>	<b>46.936</b>	<b>21,4%</b>

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 23,7 milhões no 2T16, um acréscimo de 16,0% em relação ao 2T15 (R\$ 20,4 milhões). Esta variação resulta, principalmente, da incidência de 8,2% de dissídio de junho de 2015, maiores custos com benefícios e mudança de quadro da Companhia.

Na comparação do acumulado do ano, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 46,9 milhões, um acréscimo de 21,4%, principalmente em função dos fatores acima mencionados, assim como o custo com rescisão, devido à nova estrutura proposta para a Companhia, que visa trazer maior agilidade no processo decisório, preparar a Companhia para sua estratégia de crescimento e fornecimento de soluções integradas para seus clientes.

### Material e serviços de terceiros

Os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 19,9 milhões no 2T16, um aumento de 8,6% em relação ao 2T15 (R\$ 18,3 milhões). Essa variação está principalmente relacionada à postergação da aquisição de materiais e realização de serviços para as manutenções de usinas no 2T15 que foram realizadas no final do ano de 2015, resultando em uma variação de R\$ 1,4 milhão quando comparado ao 2T16.

Na comparação do acumulado do ano, os custos com material e serviços de terceiros somaram R\$ 43,2 milhões, um aumento de 20,9% em relação ao 1S15. Esta variação está principalmente relacionada:

<sup>14</sup> Contratos back to back foram celebrados pela Companhia a partir de 2012 como uma estratégia comercial de entrada no mercado livre.

- (i) postergação da aquisição de materiais e realização de serviços para as manutenções de usinas no 1S15 que foram realizadas no final do ano de 2015, resultando em uma variação de R\$ 6,4 milhões quando comparado ao 1S16;
- (ii) realização do projeto de reestruturação societária que no 1S16 resultou em um impacto de R\$ 3,4 milhões em custos administrativos, como contratação de consultorias e escritórios de advocacia;
- (iii) sinistro nas grades de proteção da Usina de Euclides da Cunha no montante de R\$ 1,5 milhão; parcialmente compensado por:
- (iv) reduções com contratação de consultoria e benfeitorias nas usinas no valor de R\$ 1,1 milhão.

Ajustando os custos com materiais e serviços pelos itens não recorrentes, principalmente associados aos custos com consultoria e escritórios de advocacia associados à reorganização societária, os custos com materiais e serviços de terceiros totalizariam R\$ 19,4 milhões no 2T16 e R\$ 39,8 milhões no 1S16.

#### Provisões Operacionais e Outras Despesas/ Receitas Operacionais

R\$ mil	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
Outras despesas (receitas) operacionais	5.092	5.045	-0,9%	9.046	10.175	12,5%
Provisões Operacionais	653	958	46,7%	4.059	1.437	-64,6%
<b>TOTAL</b>	<b>5.745</b>	<b>6.003</b>	<b>4,5%</b>	<b>13.105</b>	<b>11.612</b>	<b>-11,4%</b>

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguiana)

No 2T16, as provisões operacionais e outras despesas/receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 6,0 milhões, aumento de 4,5% ante uma despesa de R\$ 5,7 milhões no 2T15. Essa variação está principalmente relacionada ao pagamento de programas de incentivo à cultura no 2T16 no valor de R\$ 0,2 milhão, cujo pagamento tinha sido postergado no 2S15.

- (i) No acumulado do ano, as provisões operacionais e outras despesas/receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 11,6 milhões, uma redução de 11,4% em relação aos R\$ 13,1 milhões auferidos no 1S15. Essa variação está principalmente relacionada à:
- (ii) provisão do ativo da Rio PCH (antiga empresa do grupo) no valor de R\$ 3,0 milhões no 1T15;
- (iii) venda de terreno na cidade de Aguai no valor de R\$ 0,9 milhão no 1T15; e,
- (iv) pagamento de programas de incentivo à cultura no 1S16 no valor de R\$ 0,6 milhão, cujo pagamento foi postergado para o 2S15.

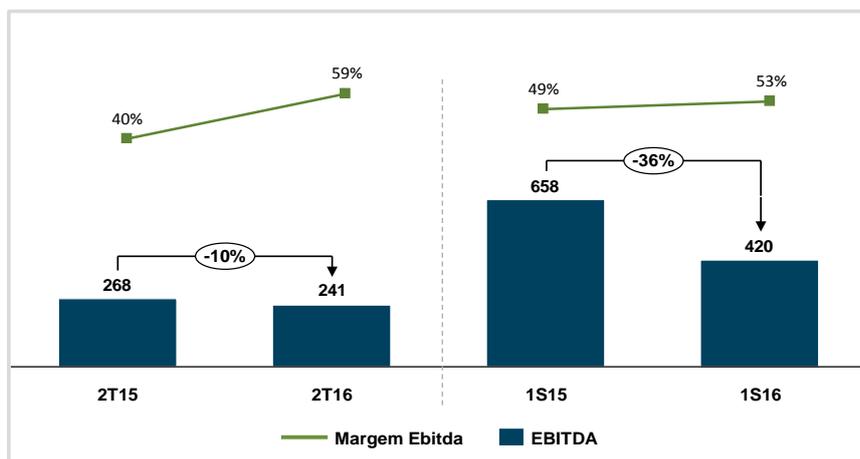
#### EBITDA

A AES Tietê Energia registrou um EBITDA de R\$ 241,1 milhões no 2T16 ante um EBITDA de R\$ 267,9 milhões no 2T15, uma redução de 10,0%. Essa variação é explicada, principalmente:

- (i) pela redução do preço médio da energia contratada no 2T16 vs. 2T15, reflexo do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, com impacto negativo de R\$ 166,7 milhões na comparação trimestral. O preço médio do portfólio contratado, excluindo venda de energia no MRE e Spot, no 2T16 é de R\$ 143,83/MWh vs. R\$ 194,12/MWh no 2T15;
- (ii) pelo aumento dos custos regulatórios em R\$ 10,2 milhões na comparação trimestral, decorrente, principalmente, do aumento das despesas com o CFUR (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), que sofreu um reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), sendo fixada em R\$ 93,35/MWh desde janeiro de 2016, parcialmente compensado pela:

- (iii) impacto positivo de R\$ 138,7 milhões no EBITDA, principalmente em função da menor exposição ao mercado spot em função do menor GSF registrado no período e o menor valor do PLD.

EBITDA (R\$ milhões)



O EBITDA da AES Tietê Energia no 1S16 totalizou R\$ 419,5 milhões (com margem de 52,8%), apresentando uma redução de 36,2% em relação ao verificado no 1S15 (R\$ 658,0 milhões). O desempenho é explicado principalmente:

- (i) redução do preço médio da energia contratada no 1S16 vs. 1S15, reflexo do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, com impacto negativo de R\$ 371,2 milhões na comparação trimestral. O preço médio do portfólio contratado, excluindo venda de energia no MRE e Spot, no 1S16 é de R\$ 143,65/MWh vs. R\$ 193,34/MWh no 1S15; parcialmente compensado pela:
- (ii) impacto positivo de R\$ 144,8 milhões no EBITDA proveniente do mercado de curto prazo, principalmente em função da menor exposição ao mercado spot em função do menor GSF registrado no período e o menor valor do PLD.

## RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T15*	2T16	Var (%)	1S15*	1S16	Var (%)
Receitas Financeiras	15.761	21.883	38,8%	37.044	45.931	24,0%
Despesas Financeiras / Variações Cambiais	(41.479)	(69.671)	68,0%	(97.143)	(117.135)	20,6%
Despesas Financeiras	(42.789)	(74.384)	73,8%	(91.209)	(126.439)	38,6%
Variações Cambiais	1.310	4.713	259,8%	(5.934)	9.304	-256,8%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(25.718)</b>	<b>(47.788)</b>	<b>85,8%</b>	<b>(60.099)</b>	<b>(71.204)</b>	<b>18,5%</b>

\* valores de 2015 referem-se ao resultado da antiga Companhia Brasileira, excluindo resultado das operações descontinuadas (AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Ergos e AES Uruguaiana)

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 2T16 foi uma despesa financeira de R\$ 47,8 milhões, comparado a uma despesa financeira de R\$ 25,7 milhões registrada no 2T15.

A variação se deve, sobretudo, à contabilização da atualização monetária referente ao provisionamento dos custos com compra de energia associados ao GSF desde a obtenção da liminar em favor da Companhia em 01 de junho de 2015.

No 1S16, o resultado financeiro líquido da AES Tietê Energia atingiu uma despesa de R\$ 71,2 milhões, frente uma despesa financeira de R\$ 60,1 milhões no 1S15. Esta maior despesa reflete o provisionamento

acima mencionado parcialmente compensado pela atualização cambial sobre a provisão de processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê Energia.

### Receitas Financeiras

As receitas financeiras apresentaram aumento de 38,8% no 2T16 em relação ao 2T15. Essa variação é explicada, principalmente, pela maior renda das aplicações financeiras (R\$ 20,6 milhões no 2T16 vs. R\$ 14,8 milhões no 2T15), reflexo do aumento do saldo de aplicações financeiras no período (R\$ 668,2 milhões no 2T16 vs. R\$ 201,8 milhões no 2T15) e maior CDI médio do período (14,13% no 2T16 ante 13,12% no 2T15).

No acumulado do ano de 2016 as receitas financeiras da Companhia aumentaram em 24,0% na comparação com o 1S15 pelas razões acima mencionadas. No acumulado do ano as rendas das aplicações financeiras totalizaram R\$ 45,0 milhões vs. R\$ 35,0 milhões no 1S15.

### Despesas Financeiras e Variações Cambiais

As despesas financeiras e variações cambiais somaram R\$ 69,7 milhões no 2T16, montante superior em 68,0% comparado ao mesmo período do ano passado (R\$ 41,5 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo:

- (i) pela contabilização da atualização monetária no valor de R\$ 21,4 milhões referente ao provisionamento dos custos com compra de energia associados ao GSF desde a obtenção da liminar em favor da Companhia em 01 de junho de 2015;
- (ii) pelo aumento dos encargos financeiros das dívidas da Companhia no valor de R\$ 5,4 milhões influenciado, principalmente, pelo aumento da dívida bruta na comparação dos dois períodos (R\$ 1.406,6 milhões no 2T16 vs. R\$ 1.349,6 milhões no 2T15) e aumento do CDI médio no período; e,
- (iii) pela atualização monetária pelo IPCA da 4ª emissão de debêntures (3ª série), que gerou uma despesa de R\$ 5,5 milhões; parcialmente compensada pela;
- (iv) atualização cambial no valor de R\$ 3,2 milhões sobre a provisão para o processo judicial que discute a obrigatoriedade de aquisição de energia de Itaipu pela AES Tietê Energia.

As despesas financeiras e variações cambiais somaram R\$ 117,1 milhões no 1S16, montante superior em R\$ 20,0 milhões ao registrado no 1S15 (R\$ 97,1 milhões). Tal variação é explicada, sobretudo pela atualização monetária do valor provisionado referente à liminar da GSF no valor de R\$ 21,4 milhões, conforme mencionado acima.

### LUCRO LÍQUIDO

No 2T16, a AES Tietê Energia apurou um lucro líquido de R\$ 103,1 milhões, resultado 14,1% inferior ao obtido no 2T15 (R\$ 120,1 milhões). Contribuiu para tal desempenho, os seguintes fatores:

- (i) a redução da margem da Companhia, em função do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, e conseqüentemente, menor preço médio do portfólio contratado (R\$ 143,83/MWh no 2T16 vs. R\$ 194,12/MWh no 2T15) que resultaram em um impacto negativo de R\$ 108,4 milhões na comparação trimestral;
- (ii) o aumento das despesas financeiras, que tiveram um impacto negativo de R\$ 15,0 milhões no trimestre, principalmente influenciado pela contabilização da atualização monetária no valor de R\$ 21,4 milhões referente ao provisionamento dos custos com compra de energia associados ao GSF desde a obtenção da liminar em favor da Companhia em 01 de junho de 2015; parcialmente compensado pela;
- (iii) menor exposição ao mercado spot em função do menor GSF registrado no período e o menor valor do PLD, que resultou em um impacto positivo de R\$ 91,1 milhões.

No acumulado do ano, o lucro líquido auferido pela AES Tietê Energia foi de R\$ 177,6 milhões, resultado 43,4% inferior ao obtido no 1S15 (R\$ 313,9 milhões). Contribuiu para tal desempenho os seguintes fatores:

- (i) a redução da margem da Companhia, em função do término do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015, e conseqüentemente, menor preço médio do portfólio contratado (R\$ 143,65/MWh no 1S16 vs. R\$ 193,34/MWh no 1S15) que resultaram em um impacto negativo de R\$ 237,2 milhões na comparação trimestral;
- (ii) o aumento dos custos regulatórios, que tiveram um impacto negativo de R\$ 16,6 milhões no trimestre, principalmente influenciado pelo aumento das despesas com o CFUR (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos), que sofreu um reajuste de 9,5% na Tarifa Atualizada de Referência ("TAR"), sendo fixada em R\$ 93,35/MWh desde janeiro de 2016;
- (iii) o aumento dos custos com PMSO no valor de R\$ 10,6 milhões entre os semestres do 1S15 e 1S16, influenciado principalmente pelos maiores custos com pessoal e materiais e serviços de terceiros; parcialmente compensado pela:
- (iv) menor exposição ao mercado spot em função do menor GSF registrado no período e o menor valor do PLD, que resultou em um impacto positivo de R\$ 94,5 milhões.

## PROVENTOS

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia decide sobre a destinação do resultado do exercício. Em havendo lucro disponível para a distribuição aos acionistas, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório 25% do resultado do exercício. Além disso, o Estatuto Social da AES Tietê Energia possibilita que o Conselho de Administração delibere sobre a distribuição de dividendos intermediários semestralmente, ou em períodos inferiores, com base em balanço especialmente levantado para esse fim.

A Administração da AES Tietê Energia aprovou a distribuição de R\$ 118,7 milhões como dividendos intermediários, correspondente a R\$ 0,062248 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,311244 por Unit em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da AES Tietê Energia.

A data record date será dia 09 de Agosto de 2016 e a data-ex será dia 10 de Agosto de 2016, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas.

Dividendos AES Tietê Energia 2T16 (R\$ Milhões)	
Prejuízos acumulados em 31 de Dezembro de 2015	-
<b>Lucro do Exercício - 1º Semestre de 2016</b>	<b>177,6</b>
Realização de reserva de reavaliação patrimonial	30,5
Constituição de reserva legal (5%)	-
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>208,0</b>
Dividendos intermediários distribuídos	(89,4)
<b>Dividendos intermediários propostos</b>	<b>118,7</b>
Saldo remanescente	-

## ENDIVIDAMENTO<sup>15</sup>

Dívidas	Montante*	Vencimento	Custo Nominal
2ª Emissão de Debêntures	501,1	mai/19	CDI + 0,79% aa
3ª Emissão de Debêntures	307,6	mar/20	108,20% CDI
4ª Emissão de Debêntures - 1ª série	144,1	dez/16	CDI + 1,55% aa
4ª Emissão de Debêntures - 2ª série	149,2	dez/18	CDI + 2,15% aa
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	303,9	dez/20	IPCA + 8,43% aa

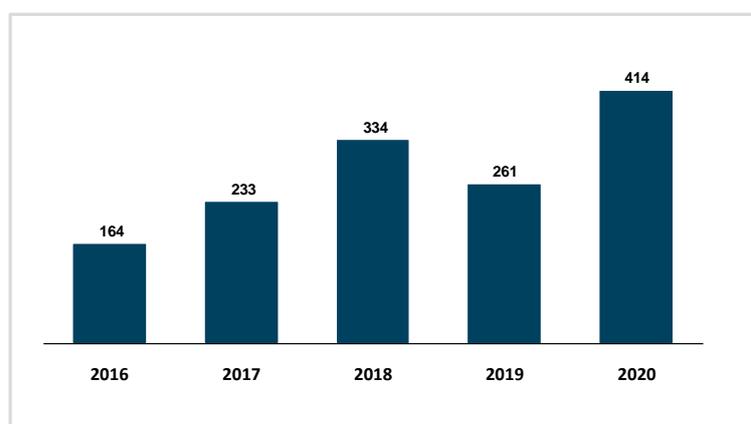
\*refere-se ao Saldo Contábil, (principal + juros - diferido)

A dívida bruta da AES Tietê Energia totalizava R\$ 1.406,6 milhões em 30 de junho de 2016, valor 4,2% superior à posição da dívida bruta na mesma data de 2015 (R\$ 1.349,6 milhões). Essa variação está associada à emissão da 4ª emissão de debêntures em 15 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 594 milhões, adicionado à liquidação da 2ª emissão de notas promissórias no dia 17 de dezembro de 2015, com amortização no valor de R\$ 500 milhões.

No encerramento do 2T16 as disponibilidades somavam R\$ 346,9 milhões, montante R\$ 119,2 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2015. Assim, a dívida líquida ao final do 2T16 era de R\$ 1.059,7 milhões, montante 5,5% inferior em relação à posição final do 2T15.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida da AES Tietê Energia até 2020.

Cronograma de amortização da dívida<sup>16</sup> (R\$ milhões)



### Covenants

Os covenants das dívidas da Companhia consideram o índice Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado<sup>17</sup>, que não pode ser superior a 3,5x. O índice Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado encerrou o trimestre dentro do limite estabelecido, em 0,9x.

Ressalta-se que a redução no índice de endividamento no comparativo entre o 2T16 e o 2T15 é reflexo da melhora no resultado operacional da Companhia no período, principalmente relacionada a redução da exposição com compra de energia no mercado spot, reflexo do GSF verificado nos últimos 12 meses do 2T15.

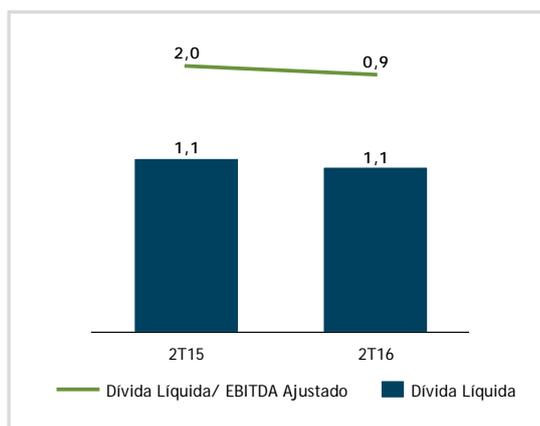
<sup>15</sup> Valores de 2015 referem-se a AES Tietê S.A., antes da incorporação pela Companhia Brasileira de Energia, renomeada para AES Tietê Energia S.A..

<sup>16</sup> Fluxo composto por amortização de principal, juros acruados e saldo de diferidos, conforme "Nota Explicativa 16" das Demonstrações Financeiras da Companhia.

<sup>17</sup> EBITDA Ajustado significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) todos os montantes de depreciação e amortização, e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

Todas as emissões também consideram um covenant de cobertura de juros (EBITDA Ajustado pelas Despesas Financeiras), que não pode ser inferior a 1,75x. Ao final do 2T16, esse indicador estava em 4,7x vs. 4.2x no final do 2T15.

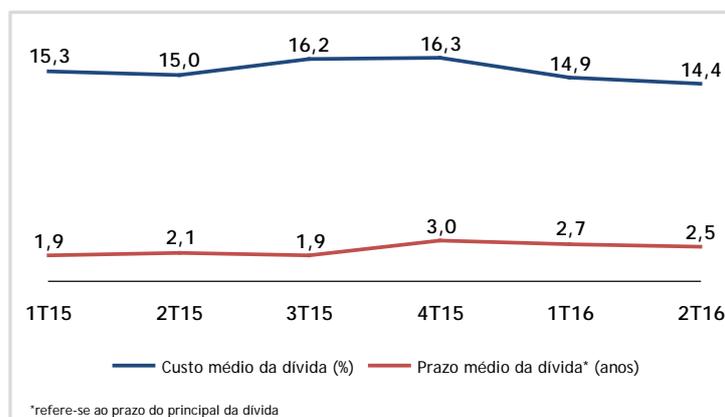
Dívida Líquida (R\$ bilhões)



O custo médio da dívida da Companhia em junho de 2016 era de 14,4% ao ano, em comparação a 15,0% no mesmo período de 2015. Essa variação decorre, principalmente a 4ª emissão de debêntures no período, que possui remuneração inferior à das dívidas vigentes em junho de 2015.

O prazo médio da dívida consolidada no 2T16 foi de 2,5 anos, superior ao mesmo período de 2015, que era de 2,1 anos.

Custo e prazo médio da dívida



## INVESTIMENTOS

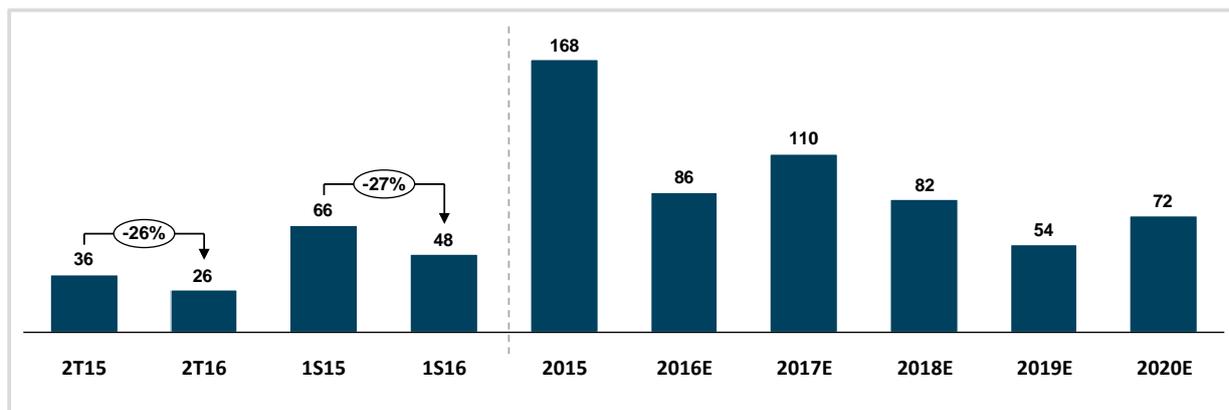
Os investimentos da AES Tietê Energia somaram R\$ 26,5 milhões no 2T16, valor 26% abaixo do montante investido no 2T15 (R\$ 35,8 milhões). Essa redução ocorreu principalmente ao encerramento dos ciclos de grandes manutenções incluindo as manutenções preventivas gerais nos últimos anos.

Desse total de R\$ 26,47 milhões do trimestre, destacam-se:

- (i) R\$ 18,0 milhões foram destinados à conclusão das modernizações e manutenção preventiva da usina de Água Vermelha nas Unidades Geradoras 3 e 4, para a manutenção das suas condições operacionais e assegurar a disponibilidade de geração de energia, resultando em ganhos de produtividade e eficiência; e,
- (ii) R\$ 5,0 milhões referentes a capitalização de juros, decorrente da base de ativos imobilizados em andamento, considerando o plano de manutenção e modernização das usinas em 2016.

No acumulado do ano de 2016, a AES Tietê investiu R\$ 48,0 milhões, destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva da usina de Água Vermelha, montante 27,4% inferior ao valor investido no mesmo período de 2015 (R\$ 66,1 milhões).

Histórico e projeção de Investimentos (R\$ milhões)



### Plano de Investimento

A Companhia prevê investir R\$ 402,5 milhões no período de 2016 até 2020, principalmente em modernização nas usinas hidrelétricas, visando a melhoria contínua das condições operacionais e garantir a disponibilidade de geração de energia em suas usinas.

### FLUXO DE CAIXA GERENCIAL GERENCIAL<sup>18</sup>

FLUXO DE CAIXA - R\$ milhões	2T15*	2T16	1S15*	1S16
Saldo inicial de caixa	280,4	734,1	501,4	739,3
Geração Operacional de Caixa	340,2	254,7	441,7	577,0
Investimentos	(25,6)	(14,0)	(62,7)	(36,0)
Despesas Financeiras Líquidas	(38,4)	(56,0)	(56,7)	(60,7)
Amortização Líquida	(180,0)	-	(300,1)	(0,0)
Imposto de Renda	(26,4)	(19,5)	(173,5)	(320,1)
Caixa Livre	69,8	165,2	(151,2)	160,1
Dividendos e JSCP	(122,5)	(552,8)	(122,5)	(552,8)
Saldo final de caixa	227,7	346,6	227,7	346,6

\* 2T15 e 1S15 refere-se ao caixa da AES Tietê S.A. Consolidado

O fluxo de caixa livre foi positivo em R\$ 165,2 milhões no 2T16, montante R\$ 95,5 milhões superior ao registrado no 2T15. Esse desempenho se deve:

- (i) amortização líquida de R\$ 180,0 milhões realizada no 2T15, via refinanciamento, associado a 60% da amortização da 1ª emissão de debêntures da Companhia, ocorrida em 01 de abril de 2015 (40% da amortização foi realizada em 30 de março de 2015); parcialmente compensada pela:
- (ii) queda na geração operacional de caixa em R\$ 85,5 milhões, justificada principalmente pela queda da receita, reflexo do fim do contrato com a AES Eletropaulo em 31 de dezembro de 2015.

<sup>18</sup> 2T15 e 1S15 refere-se ao caixa da AES Tietê S.A. Consolidado.

No acumulado do ano de 2016, o fluxo de caixa livre foi positivo em R\$ 160,1 milhões, montante R\$ 311,3 milhões superior ao registrado no 1S15. Esse desempenho se deve:

- (i) ao aumento na geração de caixa operacional em R\$ 135,3 milhões, reflexo do menor impacto do GSF e aplicação da liminar que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar, obtida em 01 de junho de 2015;
- (ii) amortização líquida de R\$ 300,0 milhões realizada no 1S15 em função da liquidação da 1ª emissão de debêntures da Companhia ocorrida no 2T15; compensado pela:
- (iii) maior despesa com imposto de renda em R\$ 146,7 milhões, em função do resultado de 2015 vs. 2014.

Como resultado dos elementos acima e do aumento de R\$ 430,3 milhões em pagamento de dividendos e JSCP no 2T16 quando comparado ao 2T15, o saldo final de caixa deste trimestre atingiu R\$ 346,6 milhões no 2T16 vs. R\$ 227,7 milhões no 1S15.

## MERCADO DE CAPITAIS

### RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA / ESTRUTURA ACIONÁRIA

No dia 03 de junho de 2015 a AES Tietê S.A., em conjunto com a Cia Brasileira, publicou Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) informando o mercado sobre uma proposta de Reorganização Societária envolvendo essas companhias e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Cia Brasileira.

A proposta de reestruturação foi submetida à aprovação dos órgãos societários competentes da AES Tietê e Cia Brasileira, bem como à aprovação das autoridades reguladoras. Desta forma em 31 de dezembro de 2015, o processo de reorganização foi efetivado. A reorganização foi realizada por meio da cisão parcial da Cia Brasileira e sendo o acervo cindido transferido para a Brasileira Participações S.A..

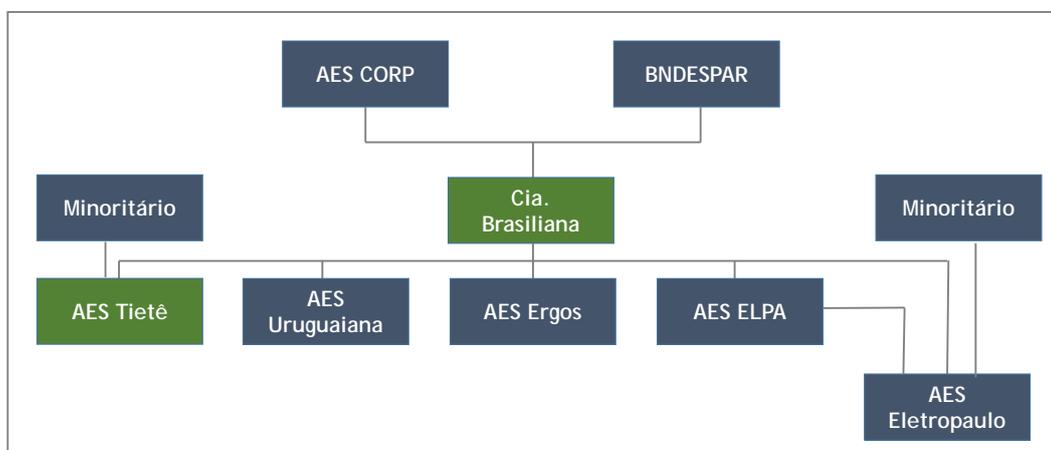
A Cia Brasileira passou a deter diretamente o controle exclusivo da AES Tietê e a Brasileira Participações S.A. passou a deter o controle, direto ou indireto, de todas as demais empresas (“Acervo Cindido” - AES Eletropaulo, AES Elpa, AES Uruguaiana e AES Serviços). Na etapa subsequente, a AES Tietê foi incorporada pela Cia Brasileira e conseqüentemente foi extinta, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social foi alterada para AES Tietê Energia.

Com a reorganização societária, um novo acordo de acionistas foi assinado entre AES Holdings Brasil e BNDES Participações S.A (“BNDESPAR”). O acionista controlador direto da AES Tietê Energia continua a ser a AES Holdings Brasil. A AES Tietê Energia é indiretamente controlada pela The AES Corporation (“AES Corp”).

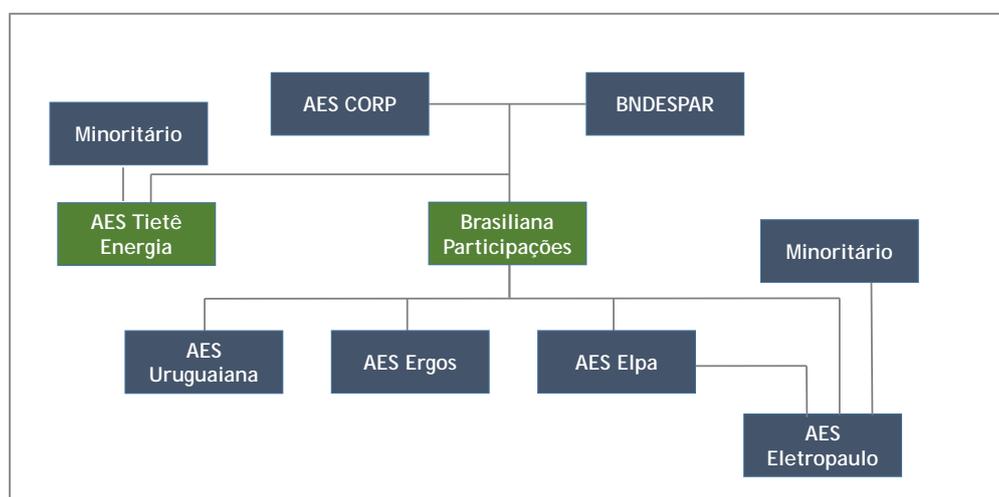
A reorganização societária teve como principais objetivos (i) fortalecer a AES Tietê Energia como plataforma de crescimento exclusiva do grupo AES no Brasil, no segmento de geração de energia elétrica no Brasil; (ii) aprimorar a Governança Corporativa da AES Tietê Energia, por meio da migração para Nível 2 da BM&Fbovespa (100% tag along); (iii) consolidar a liquidez com a criação de Units (1ON e 4PN); e (iv) simplificar e criar maior dinamismo do processo decisório, com um novo acordo de acionistas.

A seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da Reestruturação Societária descrita acima.

### Estrutura antes da Reorganização Societária



### Estrutura após a Reorganização Societária



Em 30 de junho de 2016, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia é de R\$262,0 milhões, representado por 751.093.534 ações ordinárias e 1.155.173.928 ações preferenciais, com um free float total de 180.923.473 conforme demonstrado a seguir. Ao final do exercício, a AES Tietê Energia contava com aproximadamente 19,4 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Units	% Total
AES Holdings Brasil (AES Corp)	462.300.052	61,55%	-	0,00%	-	24,25%
BNDESPar	107.870.009	14,36%	431.480.036	37,35%	107.870.009	28,29%
Outros (Free Float)	180.923.473	24,09%	723.693.892	62,65%	180.923.473	15,66%
<b>Total</b>	<b>751.093.534</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.155.173.928</b>	<b>100,00%</b>	<b>288.793.482,0</b>	<b>100,00%</b>

Em 30/06/2016

## CAPITALIZAÇÃO

Foi convocada para 15 de agosto de 2016 uma Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia Geral”) que apreciará a proposta de aumento de capital na AES Tietê Energia S.A (“Companhia”). Este aumento decorre da capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio registrada pela Companhia, no valor do efetivo crédito fiscal por ela auferido até 31 de dezembro de 2015, equivalente a R\$154,6 milhões. Após essa capitalização, o capital social da Companhia passará de R\$262,0 milhões para R\$416,6 milhões.

Conforme permitido pela Instrução CVM 319/99 e em cumprimento ao Contrato de Cessão de Direitos firmado entre AES Brasil e BNDESPAR em 26 de outubro de 2015 (“Contrato de Cessão de Direitos”) 100% do valor disponível para capitalização da Reserva Especial de Ágio será capitalizado em proveito da AES Brasil.

Neste aumento de capital, que corresponde a 45,3188642018% do valor total da Reserva Especial de ágio em 31 de dezembro de 2015, será capitalizado o montante correspondente a R\$154,6 milhões, mediante a emissão de 37.036.400 novas ações preferenciais e 24.081.050 novas ações ordinárias da Companhia.

O preço de emissão das novas ações será de R\$2,53 por ação preferencial “TIET4” e R\$2,53 por ação ordinária “TIET3”, valores equivalentes a R\$12,65 por Unit “TIET11”, visto que esta representa 1 ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais. O preço de emissão foi fixado em observância ao inciso III do §1º do artigo 170 da Lei 6.404/76, com base na aplicação de um deságio de 10% sobre o preço médio de fechamento das Units (TIET11) nos últimos 22 pregões ocorridos anteriormente a 22.06.2016, data de convocação da Reunião do Conselho de Administração que aprovou referida matéria e a consequente convocação da Assembleia Geral para apreciação da proposta de Aumento de Capital pelos acionistas.

Tendo em vista serem as Units o valor mobiliário de emissão da Companhia com liquidez relevante no mercado e representativas de uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, aplicou-se preços equivalentes para cada espécie de ações.

Destaca-se que será assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência e caso algum acionista decida exercer esse seu direito, as importâncias por ele pagas serão entregues diretamente à AES Brasil.

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os acionistas que exercerem tal direito poderão, desde que tenham manifestado seu interesse, participar do rateio de “sobras”, isto é, das ações em relação às quais não tenha sido exercido o direito de preferência.

Após o término do processo de direito de preferência e subscrição das “sobras”, as novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital atribuídas à AES Brasil serão transferidas à BNDESPAR na proporção e nos termos acordados entre as partes conforme o Contrato de Cessão de Direitos.

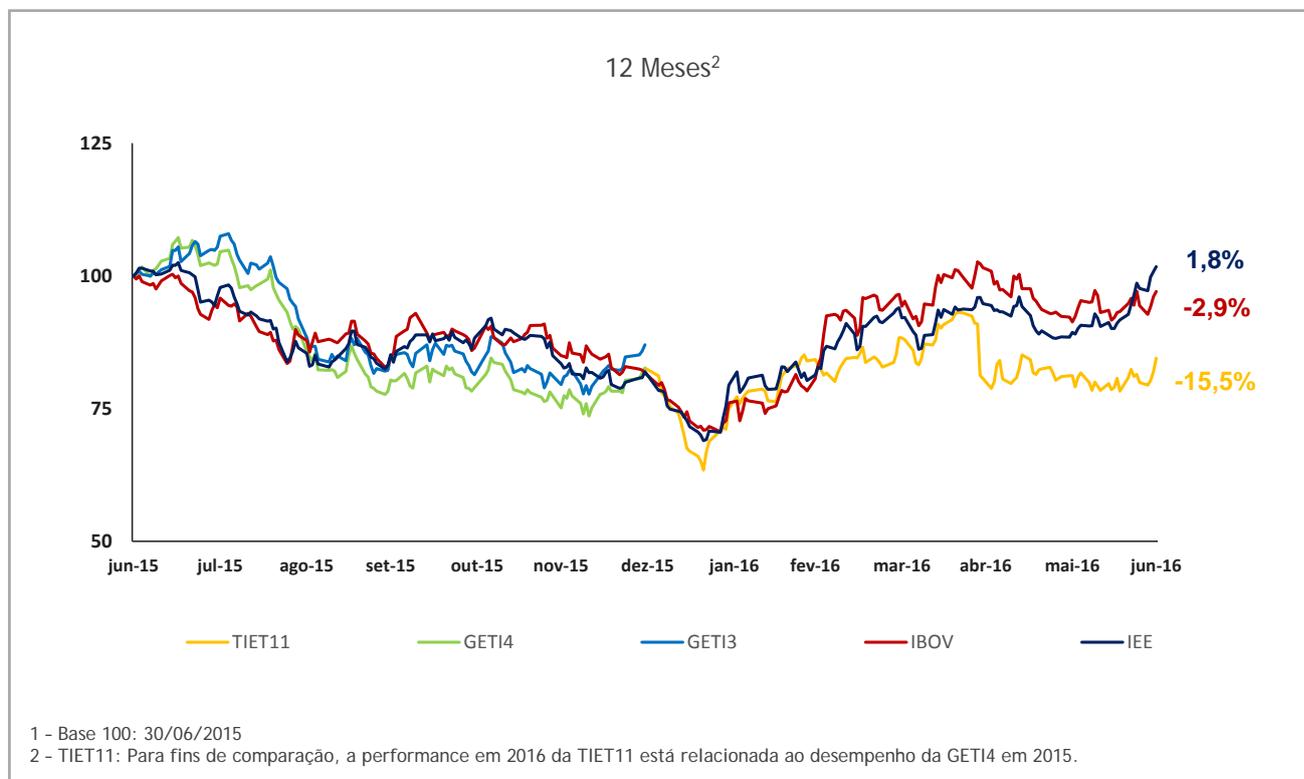
## DESEMPENHO DAS AÇÕES

A partir do dia 04 de janeiro de 2016, como resultado da Reestruturação Societária, a Companhia passou a negociar units (certificados de depósito de ações). Cada unit representa uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Companhia. As ações da AES Tietê Energia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos TIET11 (Unit), TIET3(ordinárias) e TIET4 (preferenciais).

As ações da AES Tietê Energia integram o Índice de Energia Elétrica (“IEE”), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da BM&FBovespa, que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Tietê Energia integra esse índice desde 2007, o que reflete o reconhecimento do seu comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial.

As ações preferenciais da Companhia integram o Índice Brasil (IBrX) que mede o desempenho das ações mais negociadas na bolsa. As ações da Companhia também integram o Índice de Dividendos (IDIV), responsável por medir o comportamento das ações de empresas que se destacaram em termo de remuneração dos investidores. As Units da Companhia (TIET11) encerraram o segundo trimestre de 2016 cotadas a R\$14,79 registrando queda de 15,5% em relação às ações preferenciais da AES Tietê S.A. (GETI4) no período de 12 meses. No mesmo período, o Ibovespa registrou perdas de 2,9% e o IEE registrou ganhos de 1,8%. Os dados de liquidez mostram a realização de 597,1 mil negócios no período, média de 49,8 mil por mês, com volume médio diário de 1,5 milhões no mercado à vista no período.

AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR<sup>7</sup>  
Base 100



Em relação ao Programa de ADRs da Companhia, em função da reestruturação societária, o programa da AES Tietê Energia passou a ser restrito (Reg S e 144A), no qual 144A só pode ser negociado por compradores institucionais qualificados americanos, conhecidos como QIBs e Reg S pode ser negociado pelos titulares, não americanos. Reg S é aplicável às transações fora dos EUA. Este tipo de programa não possui autorização para serem vendidos nos EUA e não pode ser integrado com a oferta 144A, restrita para QIBs.

## DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Um dos principais desempenhos socioambientais da AES Tietê Energia está relacionado com a segurança de colaboradores próprios, contratados e população.

No 2T16 foi registrado um acidente com colaborador contratado, elevando a taxa acumulada de acidentes sem afastamento para 0,36 no final período. Como parte do Programa de Segurança da AES Tietê Energia, intensificamos o registro de Comunicados de Eventos nas áreas operacionais, que é um processo de identificação de perigos e riscos no ambiente de trabalho, pelo qual toda a situação que gere um “quase acidente” ou uma “condição insegura de trabalho” e que tenha o potencial de gerar um acidente, é registrada pelo colaborador, analisada e tratada pela liderança em conjunto com a área de segurança do trabalho, evitando assim a ocorrência de acidentes.

Metas	Indicadores	1S15	1S16	2T15	2T16
Zero acidente fatal com colaboradores próprios e contratados	Nº acidentes fatais	0	0	0	0
Registrar taxa abaixo de 0,01 para acidentes com afastamento, em 2016	LTI Rate*- próprios	0	0	0	0
	LTI Rate*- contratados	0	0	0	0
Registrar taxa abaixo de 0,64 para acidentes sem afastamento, em 2016	Recordable Rate**- próprios	0	0	0	0
	Recordable Rate**- contratados	1,22	0	0	0,36
Zero acidentes com a população	Nº de acidentes fatais	0	0	0	0
	Nº de acidentes totais	0	0	0	0

\*Taxa de incidentes com tempo perdido (acidentes típicos, com perda de dias de trabalho)

\*\*Taxa de acidentes registráveis (acidentes típicos, sem perda de dias de trabalho).

O acompanhamento das taxas segue os critérios pelo Occupational Safety & Health Administration (OSHA), agência do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Até o 4T15, o reporte era realizado de acordo com os critérios da NBR 14.280.

Desde 2009 não são registrados acidentes com a população nos reservatórios das usinas.

Quanto ao desempenho ambiental, não foi possível evitar emissões de gases de efeito estufa no 2T16 devido, principalmente, ao aumento do consumo próprio de energia das usinas.

Indicador de Desempenho	1S15	1S16	2T15	2T16
MWh de consumo próprio de energia elétrica*	5.294	5.135	2.001	2.273

\*O acompanhamento das emissões de gases de efeito estufa pelo consumo próprio de energia das usinas restringe-se ao consumo dos alimentadores que estão ligados às subestações, apenas. Em consonância com a metodologia utilizada pelo Governo Federal para o cálculo do fator de emissão da matriz elétrica nacional, considera-se a energia proveniente do SIN (Sistema Interligado Nacional).

## DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

### CRESCIMENTO

Um dos compromissos da AES Tietê Energia, no Planejamento Estratégico Sustentável, é crescer com soluções sustentáveis de energia. Este compromisso está alinhado com a estratégia global de alavancar as plataformas de negócio, com foco em crescimento nos mercados em que já operamos e nos quais possuímos vantagem competitiva, buscando sinergia e escala nos nossos negócios.

### ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO - GERAÇÃO

A estratégia de crescimento consiste em buscar oportunidades de geração para diversificar a capacidade instalada da Companhia, com contratos de longo prazo e novas energias/ tecnologias, como geração distribuída e armazenamento de energia, via baterias, utilizando a expertise global do grupo AES e a plataforma comercial da Companhia, buscando oferecer aos nossos clientes tecnologia e soluções eletroenergéticas integradas.

Como parte dessa Estratégia, a Companhia também mantém seus esforços para atender a obrigação de expansão, via projetos solares ou térmicas a gás natural, conforme será detalhada na seção abaixo.

#### Geração Distribuída e Armazenamento de Energia

A expansão das fontes renováveis intermitentes na matriz de geração elétrica brasileira, como parques eólicos e solares, demanda novas soluções operacionais e tecnológicas. Em paralelo, desonerações fiscais, avanços regulatórios (como a Resolução Normativa 482/2012 da ANEEL, aprimorada em 01 de março de 2016 pela Resolução Normativa 687/2015) e o aumento da tarifa regulada tem contribuído para acelerar a adoção da micro e mini geração no Brasil e, assim, diversificar e descentralizar a matriz elétrica.

Atenta a essas tendências, a Companhia criou, em 2015, uma diretoria de desenvolvimento de novas tecnologias, dedicada aos negócios em geração distribuída e armazenamento de energia - com vistas a

ter uma posição ativa no futuro energético - e se alavancando através da sua presença de mercado e experiência destes negócios na AES Corp.

Em geração distribuída, desenvolvemos projetos a partir de energia solar e cogeração a gás. No mundo a AES Corp opera mais de 200 plantas fotovoltaicas, totalizando mais de 65 MW de capacidade instalada e mais 200 MW de projetos em desenvolvimento. Através de uma solução comercial inovadora, o cliente poderá utilizar a economia da conta de energia da concessionária de distribuição para pagar pela solução de geração distribuída.

A Companhia celebrou em dezembro de 2015 seu primeiro contrato de geração distribuída solar de 6 kWp dentro da área de concessão da AES Eletropaulo. Tal projeto entrou em operação comercial em junho/2016.

A Companhia também celebrou seu primeiro contrato fora da área de concessão da AES Eletropaulo - uma planta de geração distribuída solar de 15 kWp na região de Atibaia. A AES Tietê Energia também trabalha em estudos para a instalação de sua primeira "fazenda solar" para geração distribuída através do modelo de autoconsumo remoto.

Em armazenamento de energia, por meio de baterias (Energy Storage)<sup>19</sup>, a AES é líder mundial, e no Brasil a AES Tietê Energia é pioneira em oferecer esta solução para o mercado. Em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou seminário internacional de Energy Storage em São Paulo, com o objetivo de manter constante diálogo com entidades do setor elétrico para apresentar a tecnologia, suas aplicações e benefícios, bem como contribuir no aprimoramento do modelo regulatório, visando fomentar o crescimento de soluções de armazenamento.

Com possibilidade de diversas aplicações, algumas das aplicações mais promissoras no país são integração de fontes renováveis intermitentes, geração de ponta e diferimento/otimização de investimentos em linhas de transmissão e distribuição.

A usina hidrelétrica de Bariri da AES Tietê será a primeira usina nacional a ser integrada a um sistema de baterias para armazenar sua geração. O projeto piloto, com capacidade de 0,2 MW em baterias de íons de lítio, será instalado em 2016 para demonstrar a clientes e órgãos reguladores como os equipamentos funcionam na prática. Com isso, o Brasil passará a fazer parte do mapa mundial do armazenamento de energia.

## OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê Energia estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão, ocorrida em dezembro de 1999 ("Obrigação de Expansão").

Contudo, foram estabelecidas novas condições regulatórias, posteriormente à privatização, em especial a criação de um novo modelo do setor elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004, que dificultaram o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal como originalmente concebida.

Com o novo modelo do setor, a AES Tietê Energia passou a sujeitar-se às restrições para a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi impedida de negociar contratos diretamente com as distribuidoras e essas, por sua vez, foram obrigadas a adquirir energia em leilões de energia nova, dificultando o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Há ainda dificuldades regionais, tais como o baixo volume de recursos hídricos viáveis ainda inexplorados no estado e o potencial eólico e solar com menores fatores de capacidade em comparação com projetos em outros estados do País, o que dificulta a competitividade de projetos de geração de energia no Estado de São Paulo no atual modelo dos leilões.

<sup>19</sup> A AES possui 8 anos de experiência nesta tecnologia. Com 392 MW de sistemas de armazenamento em operação, construção ou fase final de desenvolvimento, a AES possui o maior parque de armazenamento de energia com baterias e já está na 4ª geração da sua solução, o ADVANCION

Em setembro de 2011, a Companhia foi citada em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê Energia cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para a Companhia apresentar seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão. A AES Tietê Energia apresentou como plano de expansão da sua capacidade o projeto “Termo São Paulo”, com capacidade líquida de aproximadamente 500 MW.

Em dezembro de 2012, foi anexada ao processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o projeto apresentado pela AES Tietê Energia, no qual se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da Obrigação de Expansão. O juízo de 1ª instância determinou que a AES Tietê Energia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação.

Em junho de 2013, a AES Tietê Energia: (i) apresentou seus comentários sobre as considerações do Estado de São Paulo; (ii) apresentou laudo pericial elaborado pela PSR (consultoria especializada no setor elétrico brasileiro), relativo às dificuldades de cumprimento da Obrigação de Expansão no Estado de São Paulo, e (iii) informou seu interesse em uma audiência de conciliação.

Em agosto de 2013, as partes foram intimadas sobre a designação de uma audiência de conciliação para outubro de 2013. A audiência de conciliação foi realizada, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo até dezembro de 2013 para que as partes estudassem alternativas para expandir a capacidade de geração da AES Tietê Energia, que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo pela Companhia, qual seja, o projeto Termo São Paulo.

Entre outubro e dezembro de 2013, a AES Tietê Energia e o Estado de São Paulo se reuniram algumas vezes para discutir o potencial energético de diferentes fontes e estudar alternativas à Obrigação de Expansão.

Em março de 2014, foi publicada uma determinação do juízo para que as partes informassem se chegaram a uma composição, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações.

Em maio de 2014, a AES Tietê Energia apresentou um novo pedido de suspensão do processo, tendo em vista as negociações com o Estado de São Paulo. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes. Em agosto 2014 este novo pedido de suspensão foi aprovado e a AES Tietê Energia trabalha atualmente no desenvolvimento do plano de expansão a ser apresentado ao Estado de São Paulo.

Em abril de 2015, após o juiz solicitar a Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Em junho de 2015, foi realizada audiência para tentativa de conciliação entre as partes, que restou infrutífera. Nesta ocasião, as partes requereram em conjunto a suspensão do processo por 30 dias, o que foi deferido. Durante este período as partes tentaram encontrar opções para cumprir com a obrigação de expansão da capacidade, mas não lograram êxito.

Em vista disso, a AES Tietê apresentou petição informando que não foi obtido acordo e requerendo a produção de provas, especialmente pericial.

### **Esforços em andamento para cumprimento da Obrigação de Expansão**

O projeto Termo São Paulo continua em desenvolvimento e consiste na construção de uma termelétrica a gás natural com capacidade líquida de geração de aproximadamente 500 MW.

Desde 2012, a Companhia possui uma opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade líquida de 579 MW, a ser instalada no interior do Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES Tietê. Porém, o principal entrave de ambos projetos, que é o contrato de fornecimento de gás, continua sem solução até a presente data.

Como outra alternativa, no ano 2015 a Companhia começou a desenvolver o projeto solar Água Vermelha II (AGV II) com capacidade instalada de 150 MW e localizado no município de Ouroeste no Estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da AES Tietê. O projeto já possui um contrato de opção pelo arrendamento de terra assinado, solução de conexão definida e licença ambiental prévia emitida pela CETESB em 16 de maio de 2016, estando apto para participar de leilões ao longo de 2016 e 2017.

Buscando outras alternativas, em março de 2016 a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma termelétrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis no site da EMAE de pedraira onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de pré-viabilidade ambiental para definir qual seria a potência permitida para esse projeto e começar o processo de licenciamento ambiental.

Contribuíram para o cumprimento da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

## ENGAJAMENTO DE PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

### COLABORADORES

A AES Brasil tem como compromisso promover avanços no setor, educar a população para o consumo consciente e desenvolver colaboradores, parceiros e comunidades.

Um dos objetivos da AES Tietê Energia é a retenção de seus colaboradores, que contribui para a meta de atingir 85% de satisfação no ambiente de trabalho em 2016. Em 2015, esse índice foi de 82% na Companhia. Um dos principais indicadores é a rotatividade voluntária, que apresentou redução no 2T16 em relação ao mesmo período de 2015, alcançando 0,85%.

Indicador de Desempenho	1S15	1S16	2T15	2T16
Rotatividade Voluntária	0,57%	0,86%	1,15%	0,85%

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, conselho fiscal e diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas.

No âmbito interno, a AES Tietê Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por onze membros e respectivos suplentes. Dentre os seus membros, sete efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, um é membro efetivo e independente indicado pelo controlador, um membro efetivo e respectivo suplente é indicado pelos acionistas minoritários e também considerado conselheiro independente e o último membro efetivo e respectivo suplente foi eleito pelos colaboradores da Companhia conforme disposição do seu estatuto social. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que findará em 31 de dezembro de 2017.

A Diretoria é composta por sete membros, incluindo o Diretor Presidente e o de Relações com Investidores. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disto, o Conselho Fiscal também é responsável por examinar trimestralmente o balancete e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos em assembleia geral. O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais: dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo e respectivo suplente foi indicado pela BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, e dois efetivos e respectivos suplentes foram indicados pelos acionistas minoritários preferencialistas e ordinaristas da Companhia.

Além de ter sua gestão administrativa fiscalizada pelo Conselho Fiscal, para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, a AES Tietê Energia avalia anualmente seu ambiente de controles internos com o objetivo de garantir acuracidade e transparência em suas demonstrações financeiras.

## TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

O Programa de Ética e Compliance da AES Brasil foi criado a partir do compromisso da empresa com a transparência e com a asseguarção da conduta ética em todos os seus negócios, bem como visando atender às legislações nacionais e estrangeiras aplicáveis. As iniciativas desenvolvidas no âmbito do programa visam resguardar os mais elevados níveis de integridade e de valores éticos junto a todos os públicos de relacionamento do Grupo.

O programa de educação e treinamento conta com diversas iniciativas relacionadas aos temas de Ética, Compliance, Valores Corporativos e Anticorrupção, entre outros, para colaboradores de todos os níveis hierárquicos das empresas.

Além disso, a AES Brasil conta com o AES Helpline, um canal de comunicação aberto a todos os públicos de relacionamento do Grupo e disponível 24 horas por dia e 365 dias do ano para receber e tratar alegações de desvio ético ou dúvidas relacionadas aos Valores da empresa.

## COMPLIANCE CONTRATUAL

A AES Tietê Energia está comprometida em conduzir negócios éticos com seus parceiros comerciais. Como parte do Programa de Ética e Compliance, antes de a empresa se engajar em qualquer transação comercial, a due diligence de compliance é conduzida para avaliar riscos de novos negócios com potenciais parceiros, prestadores de serviços ou fornecedores. Para tanto, a companhia realiza o mapeamento desses riscos de acordo com a legislação anticorrupção norte americana Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), a Lei Anticorrupção Brasileira e as demais determinações e vedações do quadro legal brasileiro.

*Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê Energia, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.*

## EQUIPE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

### CONTATOS

---

Gerência de Relações com Investidores		
Tel.: (11) 2195-7048 / <a href="mailto:ri.aestiete@aes.com">ri.aestiete@aes.com</a>		
Gerente de RI	E-mail	Telefone
Isabela Klemes Taveira	<a href="mailto:isabela.taveira@aes.com">isabela.taveira@aes.com</a>	(11) 2195-2212
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Gabriela Rigo Bussotti	<a href="mailto:gabriela.bussotti@aes.com">gabriela.bussotti@aes.com</a>	(11) 2195-7433
Juliana Costa Affonso	<a href="mailto:juliana.costa@aes.com">juliana.costa@aes.com</a>	(11) 2195-4092

## ANEXOS - AES Tietê Energia S.A.

### DADOS CONSOLIDADOS- R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	30.06.2016	31.12.2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>617.507</b>	<b>1.185.381</b>
DISPONIBILIDADES	346.852	746.768
Caixa e bancos	662	558
Aplicações financeiras	346.190	746.210
CRÉDITOS	154.153	299.511
Revendedores	149.268	27.697
Outras contas a receber	4.885	271.814
OUTROS	116.502	139.102
Tributos e contribuições sociais	52.428	22.515
Tributos a recuperar	54.740	113.731
Outros créditos	4.137	2.269
Despesas pagas antecipadamente	5.197	587
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.415.853</b>	<b>3.451.398</b>
Tributos e contribuições sociais diferidos	169.762	179.860
Outros tributos compensáveis	698	789
Cauções e depósitos vinculados	39.499	37.008
Outros créditos	48	43
Imobilizado	3.133.151	3.145.358
Intangível	59.620	75.265
Revendedores	13.075	13.075
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.033.360</b>	<b>4.636.779</b>

CONSOLIDADO		
PASSIVO	30.06.2016	31.12.2015
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>785.266</b>	<b>915.933</b>
FINANCIAMENTOS	326.176	160.597
Arrendamento Financeiro	282	314
Debêntures	325.894	160.283
FORNECEDORES	340.705	352.076
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	71.815	312.568
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	1.789	36.828
PROVISÕES	6.634	14.090
Provisão para litígios e contingências	6.634	14.090
OUTRAS CONTAS A PAGAR	38.147	39.774
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.569.743</b>	<b>1.702.380</b>
FINANCIAMENTOS	1.080.387	1.231.061
Arrendamento Financeiro	377	491
Debêntures	1.080.010	1.230.570
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTINGÊNCIAS	77.331	76.823
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	394.831	381.111
OUTROS	17.194	13.385
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.678.351</b>	<b>2.018.466</b>
Capital Social	262.018	262.018
Reservas de Capital	352.633	352.553
Reservas de Lucro - Legal/Estatutária	52.404	480.788
Ajuste de avaliação patrimonial	892.633	923.107
Lucros acumulados	118.663	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.033.360</b>	<b>4.636.779</b>

Demonstração dos Resultados	2T15	2T16	Var (%)	1S15	1S16	Var (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>707.568</b>	<b>465.450</b>	<b>-34,2%</b>	<b>1.441.119</b>	<b>898.265</b>	<b>-37,7%</b>
Suprimento e Transporte de Energia	707.369	465.410	-34,2%	1.440.902	898.202	-37,7%
Outras Receitas	199	40	-79,7%	217	63	-70,9%
Deduções da Receita Operacional	(40.608)	(53.389)	31,5%	(84.157)	(103.052)	22,5%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>666.960</b>	<b>412.061</b>	<b>-38,2%</b>	<b>1.356.962</b>	<b>795.213</b>	<b>-41,4%</b>
<b>Custos do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(441.351)</b>	<b>(208.335)</b>	<b>-52,8%</b>	<b>(784.021)</b>	<b>(455.180)</b>	<b>-41,9%</b>
Pessoal	(19.834)	(23.916)	20,6%	(37.457)	(46.623)	24,5%
Entidade de Previdência Privada	(604)	213	-135,3%	(1.214)	(313)	-74,2%
Material	(1.441)	(1.841)	27,8%	(2.707)	(3.765)	39,1%
Serviços de Terceiros	(16.895)	(18.068)	6,9%	(32.997)	(39.395)	19,4%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(7.265)	(18.797)	158,7%	(18.757)	(41.752)	122,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(318.907)	(75.475)	-76,3%	(534.682)	(173.514)	-67,5%
Transmissão e Conexão	(26.832)	(25.381)	-5,4%	(54.977)	(55.295)	0,6%
Taxa de Fiscalização/Encargos	(1.539)	(1.684)	9,4%	(3.078)	(3.429)	11,4%
Depreciação e Amortização	(42.289)	(37.383)	-11,6%	(85.047)	(79.482)	-6,5%
Provisões Operacionais	(653)	(958)	46,7%	(4.059)	(1.437)	-64,6%
Outras despesas (receitas) operacionais	(5.092)	(5.045)	-0,9%	(9.046)	(10.175)	12,5%
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>225.609</b>	<b>203.726</b>	<b>-9,7%</b>	<b>572.941</b>	<b>340.033</b>	<b>-40,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>267.898</b>	<b>241.109</b>	<b>-10,0%</b>	<b>657.988</b>	<b>419.515</b>	<b>-36,2%</b>
Amortização de intangível de concessão	(14.027)	-	-100,0%	(28.053)	-	-100,0%
<b>Receita (Despesa) Financeira</b>	<b>- 25.718</b>	<b>- 47.788</b>	<b>85,8%</b>	<b>- 60.099</b>	<b>- 71.204</b>	<b>18,5%</b>
Receitas Financeiras	15.761	21.883	38,8%	37.044	45.931	24,0%
Despesas Financeiras	(42.789)	(74.384)	73,8%	(91.209)	(126.439)	38,6%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	1.310	4.713	259,8%	(5.934)	9.304	-256,8%
<b>Resultado Antes dos Tributos</b>	<b>185.864</b>	<b>155.938</b>	<b>-16,1%</b>	<b>484.789</b>	<b>268.829</b>	<b>-44,5%</b>
Provisão para IR e Contribuição Social	(72.930)	(36.656)	-49,7%	(181.187)	(67.442)	-62,8%
Impostos Diferidos	7.125	(16.174)	-327,0%	10.251	(23.817)	-332,3%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>120.059</b>	<b>103.108</b>	<b>-14,1%</b>	<b>313.853</b>	<b>177.570</b>	<b>-43,4%</b>

## GLOSSÁRIO

**ACL (Ambiente de Contratação Livre)** - O Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou Mercado Livre é o segmento do setor elétrico no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais com condições, preços e volumes livremente negociados entre geradores, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres convencionais, entre eles segmentos industriais eletro-intensivos, além de grandes plantas industriais, como a automobilística, alimentícia, siderúrgica e química.

**ACR (Ambiente de Contratação Regulada)** - No Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os Agentes de Distribuição, através de leilões públicos promovidos pelo Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL) e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, adquirem a energia elétrica para atender seu mercado (consumidores cativos).

**ADR (American Depositary Receipt)** - Recibos de ações de fora dos Estados Unidos negociados na Bolsa de Nova York. Como ações de companhias estrangeiras não podem ser negociadas diretamente no mercado americano, os papéis ficam sob custódia de uma instituição financeira, e seus recibos circulam na Bolsa de Nova York. Acabam acompanhando a variação das ações em seu país de origem e do câmbio entre os dois mercados.

**ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)** - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

**Capacidade instalada dos sistemas interligados** - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

**Capacidade instalada nacional** - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

**CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado)** - É um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), como decorrência dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

**CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)** - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

**CDI (Certificado de Depósito Interbancário)** - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

**CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)** - Agência do governo responsável pelo controle, fiscalização, e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

**CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos)** - Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidrelétricas.

**CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)** - Na condição de órgão de assessoramento do Presidente da República, o conselho formula políticas e diretrizes energéticas.

**COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)** - Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

**Contrato bilateral** - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

**Covenants** - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

**EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses)** - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

**ENA (Energia Natural Afluente)** - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

**Energia Secundária** - Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

**EPE (Empresa de Pesquisa Energética)** - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

**ESS (Encargos de Serviços do Sistema)** - Encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do SIN para o atendimento do consumo da energia elétrica do Brasil.

**Garantia Física (Garantia Assegurada)** - É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidrelétricas durante um determinado período de tempo, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

**GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física)** - O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

**IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)** - Agência do governo responsável pela preservação, controle, fiscalização e conservação da fauna e flora, além de realizar estudos sobre o ambiente e conceder licenças ambientais para empreendimentos que possam impactar na natureza.

**IEE (Índice de Energia Elétrica)** - Índice setorial da BMF&BOVESPA que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

**IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** - Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

**IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)** - Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

**ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial)** - Ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na BMF&BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

**Mercado de curto prazo** - Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

**MRA (Mecanismo de Redução de Energia Assegurada)** - Avalia se as usinas participantes do MRE cumpriram os requisitos de disponibilidade estabelecidos pelo ONS. A avaliação é feita por meio de uma comparação entre os parâmetros verificados de interrupções programadas e forçadas em relação aos parâmetros de referência estabelecidos pela ANEEL. Quando os valores verificados superam os valores de referência, há redução da Garantia Física da usina apenas para fins de aplicação do MRE, não reduzindo o recurso da usina que pode ser comercializado.

**MRE (Mecanismo de Realocação de Energia)** - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

**ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)** - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

**PIS (Programa de Integração Social)** - Tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Através do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

**PLD (Preço da Liquidação das Diferenças)** - Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

**PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas)** - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km.

**Sazonalização** - A sazonalização admite que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

**SIN (Sistema Interligado Nacional)** - Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

**TAR (Tarifa Atualizada de Referência)** - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

**TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras)** - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

**UHEs (Usina Hidrelétrica de Energia)** - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30.000 KW, com área total de reservatório superior a 3,0 Km.

**VN (Valor Normativo)** - Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.